

Série Temas Contemporâneos Transversais
Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

Caderno Saúde

Saúde Educação Alimentar e Nutricional



Base Nacional
Comum Curricular

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



Presidente da República do Brasil
JAIR MESSIAS BOLSONARO

Ministro da Educação
VICTOR GODOY VEIGA

Secretário de Educação Básica
MAURO LUIZ RABELO

Secretário Adjunto de Educação Básica
HELBER RICARDO VIEIRA

Diretora de Políticas e Diretrizes da Educação Básica
MYRIAN CALDEIRA SARTORI

Coordenadora-Geral de Gestão Estratégica da Educação Básica
MARIA LUCIANA DA SILVA NÓBREGA

Equipe Técnica (Pesquisa e Elaboração)

Marta Azevedo Klumb Oliveira
Natália de Vasconcelos Cordeiro Telles Ribeiro

Avaliação

Ana Cláudia Collaço de Mello
Curadoria e Projeto Gráfico
Maria Luciana da Silva Nóbrega

Revisão

Ilza Cristovam da Silva

Diagramação

Anna Beatriz Medeiros Farias

Equipe Técnica (Coordenação-Geral de Gestão Estratégica da Educação Básica)

Daiane de Oliveira Lopes Andrade

Gláucia Barbosa Pinto de Campos

João Augusto Ferreira

Érika Laís Lopes Guimarães

Ministério da Educação
Brasília - Agosto/2022

Série Temas Contemporâneos Transversais
Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

Caderno Saúde

Saúde

Educação Alimentar e Nutricional

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Brasil. Ministério da Educação
Caderno saúde [livro eletrônico] :
educação alimentar e nutricional / Ministério da
educação ; curadoria Maria Luciana da Silva Nóbrega. --
Brasília, DF : Secretaria de
Educação Básica do Ministério da Educação, 2022. --
(Série temas contemporâneos transversais. Base
Nacional Comum Curricular (BNCC))
PDF

Bibliografia.
ISBN 978-85-7783-279-8

1. BNCC - Base Nacional Comum Curricular
2. Educação alimentar e nutricional – Brasil
3. Educação - Finalidade e objetivos
4. Temas transversais (Educação) I. Nóbrega, Maria Luciana da Silva. II. Título. III. Série

22-130500

CDD-370

Índice para Catalogação sistemático :

1. Temas transversais : Educação 370

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB – 8 / 9380

Série Temas Contemporâneos Transversais
Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

Caderno Saúde
Saúde • Educação Alimentar e Nutricional

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	5
LISTA DE QUADROS E TABELAS.....	6
APRESENTAÇÃO.....	7
O que são Temas Contemporâneos e por que abordá-los nas escolas?	7
ABORDAGEM TEÓRICA	10
• Contextualizando os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs).....	10
• Temas Contemporâneos Transversais na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).....	15
ABORDAGEM PRÁTICA	20
• Considerações ao trabalho prático.....	20
• Competências e Habilidades da BNCC alinhadas aos Temas de Saúde.....	23
▪ Saúde.....	27
▪ Educação Alimentar e Nutricional.....	29
• Propostas Curriculares aos Temas de Saúde nas etapas da Educação Básica.....	31
▪ Orientações e Abordagens - Educação infantil.....	35
▪ Objetos de conhecimento para os Ensinos Fundamental e Médio....	39
▪ Orientações e Abordagens - Ensino Fundamental.....	41
▪ Orientações e Abordagens - Ensino Médio.....	45
• Propostas de Unidades Curriculares e Módulos para a abordagem dos Temas de Saúde nos Itinerários Formativos.....	49
ANEXOS.....	64
Competências Específicas da BNCC para o Ensino Médio.....	64
REFERÊNCIAS DE PESQUISA.....	68

SIGLAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CEB - Câmara de Educação Básica

CNE - Conselho Nacional de Educação

CP - Conselho Pleno

CF - Constituição Federal

DCNs - Diretrizes Curriculares Nacionais

IFs - Itinerários Formativos

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

MS - Ministério da Saúde

OMS - Organização Mundial da Saúde

PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais

PNPS - Política Nacional de Promoção da Saúde

PSE - Programa Saúde na Escola

SEB - Secretaria de Educação Básica

TCTs - Temas Contemporâneos Transversais

QUADROS E TABELAS

Comparação entre abordagens PCNs, DCNs e BNCC.....	17
Marcos Legais Temas Contemporâneos Transversais.....	18
Macroárea Saúde – Educação Infantil.....	38
Exemplo de Abordagem Intradisciplinar no Ensino Fundamental.....	43
Exemplo de Abordagem Interdisciplinar no Ensino Fundamental.....	44
Exemplo de Abordagem Transversal no Ensino Fundamental.....	45
Exemplo de Abordagem Intradisciplinar no Ensino Médio.....	47
Exemplo de Abordagem Interdisciplinar no Ensino Médio.....	48
Exemplo de Abordagem Transversal no Ensino Médio.....	49
Unidades Curriculares – Módulo I - Introdutório.....	56
Unidades Curriculares – Módulo II - Intermediário.....	59
Unidades Curriculares – Módulo III - Avançado.....	62

APRESENTAÇÃO

O que são Temas Contemporâneos e por que abordá-los nas escolas?

A proposta de uma educação voltada para a cidadania, como princípio norteador de aprendizagens, sempre foi um objetivo a ser alcançado. Essa proposta vem orientando a inserção de questões sociais como objeto de aprendizagem e reflexão dos estudantes. A inclusão dessas questões no currículo escolar não é inédita, essas temáticas vêm sendo discutidas e incorporadas às áreas das Ciências Humanas, Exatas, Sociais e da Natureza, chegando até a constituir novas áreas, como o caso das abordagens sobre Meio Ambiente e Saúde, Ciência e Tecnologia, Cidadania e Civismo, dentre outras.

Apesar de os Temas Contemporâneos não serem uma proposta pedagógica nova, com a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nas etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, em dezembro de 2017, e na etapa do Ensino Médio, em dezembro de 2018, eles ampliaram seus alcances e foram, efetivamente, assegurados na concepção dos novos currículos, primando pela abordagem transversal e integradora. Na BNCC eles são chamados *Temas Contemporâneos Transversais* (TCTs). Contudo, com as mudanças propostas, surgem dúvidas quanto à sua implementação, e questionamentos sobre como articulá-los com os componentes curriculares e demais conteúdos pedagógicos; como trabalhá-los de forma contextualizada, dentro das áreas do conhecimento, e como mostrar a relevância desses conteúdos numa perspectiva de formação cidadã.

A abordagem da *Contemporaneidade* é prioritariamente uma busca pela melhoria do processo de aprendizagem. Ao contextualizar os conteúdos da formação geral em sala de aula, juntamente com temas contemporâneos, espera-se aumentar o interesse dos estudantes durante esse processo e despertar a relevância desses temas no seu desenvolvimento como cidadão.

O maior objetivo da sua abordagem é que o estudante conclua a sua educação formal, reconhecendo e aprendendo sobre temas que são relevantes para sua atuação na sociedade. Assim, espera-se que a abordagem dos TCTs permita ao estudante compreender questões diversas, tais como cuidar do planeta, a partir do território em que vive; administrar o seu dinheiro; cuidar de sua Saúde; usar as novas tecnologias; entender e respeitar aqueles que são diferentes, quais seus direitos e deveres como cidadão, dentre outros, contribuindo assim para sua formação integral como ser humano. Tal missão, torna-se uma das principais funções sociais da escola.

Já a *Transversalidade* é um princípio que desencadeia metodologias modificadoras da prática pedagógica, integrando diversos conhecimentos e ultrapassando uma concepção fragmentada, em direção a uma visão sistêmica de aprendizado.

Os TCTs não são exclusivos de um componente curricular, ou de uma área de conhecimento, mas perpassam a todos, de forma transversal e integradora. A BNCC destaca a importância dos TCTs quando diz que é dever dos sistemas, das redes e dos estabelecimentos de ensino:

Por fim, cabe aos sistemas e redes de ensino. Assim como as escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. (BRASIL, 2018, p. 19).

Teóricos consagrados, que se interrogam sobre o futuro e a importância da Educação, defendem a visão da necessária associação do conteúdo escolar com a realidade vivida, considerando que a educação escolar tem responsabilidade de transformar a realidade, trabalhando, além dos conteúdos, considerados clássicos, da formação geral básica, mas também aqueles que tenham uma finalidade humanista e cidadã.

Educar e aprender são fenômenos que envolvem todas as dimensões do ser humano e, quando isso deixa de acontecer, produz alienação e perda do sentido social e individual no viver. É preciso superar as formas de fragmentação do processo pedagógico, em que os conteúdos não se relacionam, não se integram e não se interagem.

Por esse motivo, a importância deste material orientador da *Série Temas Contemporâneos Transversais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*, que detalha a abordagem e inserção dos TCTs no contexto da Educação Básica, de forma a contribuir com a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e ética.



ABORDAGEM TEÓRICA

Contextualizando os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs).

Os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) são estratégicos para a promoção da contextualização do conteúdo ensinado em aula, desde que os temas inseridos sejam de interesse dos estudantes e de relevância para seu desenvolvimento como cidadão. Uma grande preocupação, durante o processo de aprendizagem, é que os estudantes não concluam sua educação formal descontextualizados da sua realidade.

Os TCTs auxiliam no reconhecimento e aprendizado sobre as temáticas relevantes para sua atuação na sociedade. Assim, espera-se que os TCTs permitam aos estudantes compreenderem melhor a realidade que os cerca sobre questões sociais, financeiras, ambientais, tecnologias digitais, e demais assuntos que conferem aos TCTs o atributo da *contemporaneidade*.

Já o atributo da *transversalidade* pode ser definido a partir da flexibilidade desses temas, que “atravessam” diversas áreas de conhecimento. No ambiente escolar, esses temas devem atender às demandas da sociedade contemporânea, a partir dos contextos vividos pelas comunidades, pelas famílias, pelos estudantes e pelos profissionais da educação no dia a dia, que influenciam o processo educacional, e são influenciados por ele.

Na educação brasileira, os temas contemporâneos foram recomendados inicialmente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), em 1996, acompanhando a reestruturação do sistema de ensino. Esse empreendimento representou um primeiro esforço de implantação oficial dos *Temas Transversais* no currículo da Educação Básica, visando nos estudantes o aprimoramento da capacidade de pensar, compreender e manejar o mundo. Nos PCNs os Temas Transversais eram seis, conforme demonstrado abaixo:



Na década de 1990, os Temas Transversais trouxeram recomendações de assuntos que deveriam ser abordados nas diversas disciplinas, sem ser, contudo, uma imposição de conteúdo. O fato de não serem matérias obrigatórias, não minimizava sua importância, mas os potencializava por não serem exclusivos de uma área do conhecimento, mas flexíveis a várias delas. Ou seja, os conhecimentos científicos deveriam estar alinhados ao contexto social dos estudantes. A natureza flexível dos PCNs os tornava adaptáveis às realidades de cada território e sistema de ensino. Ademais, não apresentavam conteúdos e objetivos detalhados por níveis, efetivaram-se como um marco de referência e objetivos gerais que orientavam a organização do trabalho docente.

Nos anos seguintes, os entes federados passaram a desenvolver documentos curriculares próprios, e os ordenamentos curriculares foram adquirindo características distintas, incluindo os critérios de abordagem dos Temas Transversais. Nesse contexto, ficava a critério de cada ente incluir ou não os Temas Transversais em suas bases curriculares. Todavia, a importância desses temas foi mantida na agenda da política educacional.

O Conselho Nacional de Educação (CNE) abordou sobre a *transversalidade* no Parecer nº 7, de 7 de abril de 2010:

A transversalidade orienta para a necessidade de se instituir, na prática educativa, uma analogia entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade). Dentro de uma compreensão interdisciplinar do conhecimento, a transversalidade tem significado, sendo uma proposta didática que possibilita o tratamento dos conhecimentos escolares de forma integrada. Assim, nessa abordagem, a gestão do conhecimento parte do pressuposto de que os sujeitos são agentes da arte de problematizar e interrogar, e buscam procedimentos interdisciplinares capazes de acender a chama do diálogo entre diferentes sujeitos, ciências, saberes e temas (CNE/CEB, 2010, p. 24).

O Parecer ressalta ainda que a transversalidade se difere da interdisciplinaridade, porém ambas são complementares, na perspectiva que consideram o caráter dinâmico e inacabado da realidade. Enquanto a transversalidade refere-se à dimensão didático-pedagógica, a interdisciplinaridade refere-se à abordagem de como se dá a produção do conhecimento, como uma forma de organizar o trabalho didático-pedagógico em que temas e eixos temáticos são integrados às disciplinas e às áreas, ditas convencionais, de forma a estarem presentes em todas elas.

O CNE aprovou, por meio da Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a Educação Básica, que fazem referência à transversalidade e aos temas não disciplinares a serem abordados, seja em decorrência de determinação por leis específicas, ou como possibilidade de organização na parte diversificada do currículo.

Esse novo marco demonstrou, entre outras coisas, a preocupação em apontar a responsabilidade que a educação escolar tem em formar “indivíduos para o exercício da cidadania plena, da democracia, da aquisição dos conteúdos clássicos, bem como dos conteúdos sociais de interesse da população que possibilitem a formação de um cidadão crítico, consciente de sua realidade e que busca melhorias” (ALMEIDA, 2007, p. 70).

Ainda em 2010, a Câmara de Educação Básica do CNE aprovou a Resolução N° 7, de 14 de dezembro, que definiu as DCNs para o Ensino Fundamental de Nove Anos e orientações sobre a abordagem dos temas nos currículos:

Art. 16: Os componentes curriculares e as áreas de conhecimento devem articular em seus conteúdos, a partir das possibilidades abertas pelos seus referenciais, a abordagem de temas abrangentes e contemporâneos que afetam a vida humana em escala global, regional e local, bem como na esfera individual [...] que devem permear o desenvolvimento dos conteúdos da base nacional comum e da parte diversificada do currículo. (CNE/CEB, 2010, p. 05).

Outras resoluções do CNE estabeleceram diretrizes específicas para a definição de alguns desse temas contemporâneos, dentre eles:

♣ *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana - Resolução CNE/CP n° 1/2004;*

♣ *Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos - Resolução CNE/CP N° 1/2012; e*

♣ *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental - Resolução CNE/CP n° 2/2012.*

As orientações, presentes nas DCNs e nos demais normativos da Educação Básica, apontam para a obrigatoriedade de as escolas trabalharem os TCTs juntamente com os conteúdos científicos das áreas de conhecimento específicas, de maneira interdisciplinar e transdisciplinar, fazendo associações e conduzindo à reflexão sobre questões da vida cidadã (BRASIL, 2013). Portanto, observa-se a valorização e relevância da abordagem de assuntos de cunho social intrínseca à formação escolar.

A partir de 2014, com o processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), essa proposta ganhou força, esses temas passaram a ser denominados *Temas Contemporâneos*, e caberia aos sistemas, às redes e estabelecimentos de ensino incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos, preferencialmente de forma transversal e integradora (BRASIL, 2017, p. 19).

Portanto, foi mantida a orientação sobre a inclusão dos temas contemporâneos, de abordagem transversal, como referência obrigatória na elaboração ou adequação dos currículos e propostas pedagógicas, considerados como um conjunto de aprendizagens essenciais e indispensáveis a todos os estudantes da Educação Básica.

Em 2017, com a aprovação da BNCC, os diversos temas de grande relevância social permaneceram contemplados como assuntos indispensáveis em uma proposta pedagógica que busca, além do ensino de conteúdos científicos, a construção de uma sociedade justa, ética e igualitária.

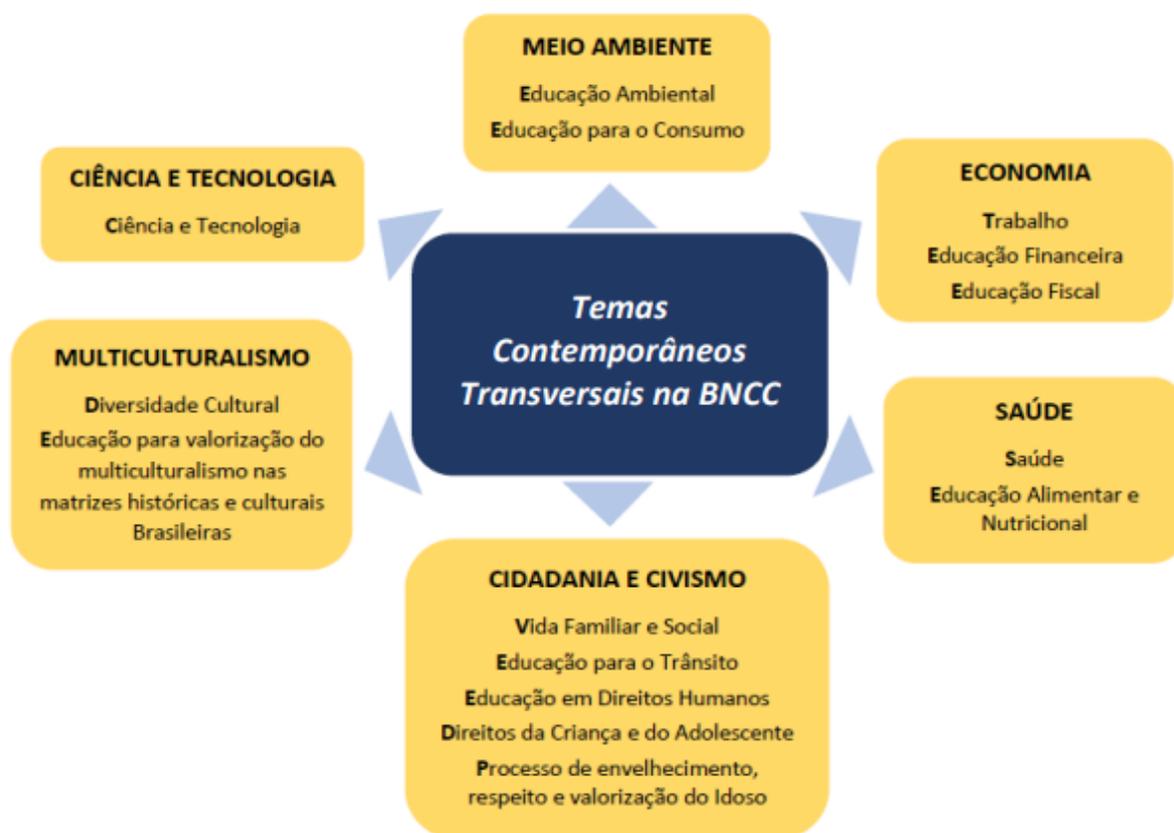
ABORDAGEM TEÓRICA

Temas Contemporâneos Transversais na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

Em comparação com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a primeira mudança quanto aos Temas Transversais, como mencionado, diz respeito à nomenclatura. A inclusão do termo “contemporâneo” para complementar o “transversal” evidencia o caráter de atualidade desses temas e sua relevância para a Educação Básica, por meio de uma abordagem que integra e agrega os diversos conhecimentos.

A segunda mudança diz respeito à ampliação dos temas. A incorporação de novos temas visa atender às novas demandas sociais¹ e, garantir que o espaço escolar seja um espaço cidadão, comprometido com a construção da cidadania, que pede, necessariamente, uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal, coletiva e ambiental (BRASIL, 1997, p. 15). Enquanto os PCNs abordavam seis temáticas, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) engloba 15 temas contemporâneos “*que afetam a vida humana em escala local, regional e global*” (BRASIL, 2017, p. 19), divididos em seis Macroáreas Temáticas, conforme demonstrado a seguir:

¹ As referidas demandas e, conseqüentemente os próprios temas, podem ser revistos em 5 anos, por ocasião da revisão da BNCC.



A terceira mudança refere-se à relevância adquirida desses temas. Enquanto nos PCNs eles eram recomendações facultativas, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) sinalizaram a sua obrigatoriedade, conforme as Resoluções CNE/CEB nº 7/2010 e nº 12/2012, na BNCC eles passaram a ser considerados como conteúdos essenciais para a Educação Básica, em função de sua contribuição para o desenvolvimento das habilidades vinculadas aos componentes curriculares² e amparo legal. Para visualizar as mudanças ocorridas, o quadro a seguir apresenta uma sucinta comparação quanto à sua abordagem nos PCNs, nas DCNs e na BNCC:

² Apesar de o caráter dos temas ser obrigatório, cabe aos sistemas, às redes e aos estabelecimentos de ensino, incorporá-los aos currículos e às propostas pedagógicas, de acordo com suas especificidades, tratando-os de forma contextualizada, respeitando a sua autonomia conferida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996.

Documento	Parâmetros Curriculares Nacionais	Diretrizes Curriculares Nacionais	Base Nacional Comum Curricular
Publicação	1997	2013	2017/2018
Denominação	Temas Transversais	Eixos Temáticos / Norteadores	Temas Contemporâneos (Transversais e Integradores)
Quantos são?	6 (seis)	Indeterminado (Organizados em temas gerais)	15 (quinze)
Caráter normativo	Recomendações para a Educação Básica. Assuntos que deveriam atravessar as mais diversas disciplinas.	Recomendação de que eixos temáticos propiciem o trabalho em equipe, além de contribuir para a superação do isolamento das pessoas e de conteúdos fixos. Os professores com os estudantes têm liberdade de escolher temas, assuntos que desejam estudar, contextualizando-os em interface com outros.	Determinação como referência nacional obrigatória para a elaboração ou adequação dos currículos e propostas pedagógicas. Considerados como conteúdos a serem integrados aos currículos da Educação Básica, a partir das habilidades a serem desenvolvidas pelos componentes curriculares. Ademais, a BNCC recomenda incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora.
E a base legal?	Não havia o vínculo obrigatório com uma legislação ou norma específica.	Parecer CNE/CEB nº 14/2000: Estabelece a interação entre a base e a parte diversificada, indissociavelmente e de forma transversal.	Todos são regidos por marcos legais específicos.
Por que transversal?	Os temas devem ser incluídos no currículo como conteúdos flexíveis, que possam ser ministrados sob diferentes abordagens e por diversas áreas de conhecimento.		
Por que mudar?	Em todos os documentos, as modificações representam importantes conquistas para a educação nacional e, principalmente, para os Temas Contemporâneos e à Transversalização dos conteúdos, que na BNCC receberam, no currículo escolar, o espaço e o <i>status</i> compatíveis com a sua relevância.		

A quarta mudança complementa a terceira, diz respeito à fundamentação legal dos atuais temas, detalhados no quadro a seguir:

Temas Contemporâneos Transversais	Marco Legal
Ciência e Tecnologia	Lei nº 9.394/1996 (2ª edição, atualizada em 2018. Art. 32, Inciso II e Art. 39), Parecer CNE/CEB nº 11/2010, Resolução CNE/CEB nº 7/2010. CF/88, Art. 23 e 24, Resolução CNE/CP nº 02/2017 (Art. 8, § 1º) e Resolução CNE/CEB nº 03/2018 (Art. 11, § 6º - Ensino Médio).
Direitos da Criança e do Adolescente	Lei nº 9.394/1996 (2ª edição, atualizada em 2018. Art. 32, § 5º) e nº 8.069/1990. Parecer CNE/CEB nº 11/2010, Resolução CNE/CEB nº 07/2010 (Art. 16 - Ensino Fundamental), e Resolução CNE/CEB nº 03/2018 (Art. 11, § 6º - Ensino Médio).
Diversidade Cultural	Lei nº 9.394/1996 (2ª edição, atualizada em 2018. Art. 26, § 4º e Art. 33), Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/2010.
Educação Alimentar e Nutricional	Lei nº 11.947/2009. Portaria Interministerial nº 1.010 de 2006 entre o Ministério da Saúde e Ministério da Educação. Lei nº 12.982/2014. Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 07/2010 (Art. 16 - Ensino Fundamental). Parecer CNE/CEB nº 05/2011, Resolução CNE/CEB nº 02/2012 (Art. 10 e 16 - Ensino Médio), Resolução CNE/CP nº 02/2017 (Art. 8, § 1º) e Resolução CNE/CEB nº 03/2018 (Art. 11, § 6º - Ensino Médio).
Educação Ambiental	CF/88 (Art. 23, 24 e 225), Lei nº 9.394/1996 (LDB, 2ª edição, atualizada em 2018. Art. 26, 32, Inciso II, Art. 43), Lei nº 9.795/1999 (Política Nacional de Educação Ambiental/PNEA), Parecer CNE/CP nº 14/2012 e Resolução CNE/CP nº 2/2012. Lei nº 6.938/1981 (Art. 2). Decreto nº 4.281/2002. Lei nº 12.305/2010 (Art. 8). Lei nº 12.187/2009 (Art. 5 e 6). Decreto nº 2.652/1998 (Art. 4 e 6). Lei nº 12.852/2013 (Art. 35). Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Carta da Terra. Resolução CONAMA nº 422/2010. Parecer CNE/CEB nº 7/2010. Resolução CNE/CEB nº 04/2010 (Diretrizes Gerais Ed. Básica). Parecer CNE/CEB nº 05/2011 e Resolução CNE/CEB nº 02/2012 (Art. 10 e 16 - Ensino Médio). Parecer CNE/CP nº 08/2012. Parecer CNE/CEB nº 11/2010, Resolução CNE/CEB nº 07/2010 (Art. 16 - Ensino Fundamental), Resolução CNE/CP nº 02/2017 (Art. 8, § 1º) e Resolução CNE/CEB nº 03/2018 (Art. 11, § 6º - Ensino Médio).
Educação em Direitos Humanos	Lei nº 9.394/1996 (2ª edição, atualizada em 2018. Art. 12, Incisos IX e X; Art. 26, § 9º), Decreto nº 7.037/2009, Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/2012. Parecer CNE/CEB nº 05/2011, Resolução CNE/CEB nº 02/2012 (Art. 10 e 16 - Ensino Médio, Resolução CNE/CP nº 02/2017 (Art. 8, § 1º) e Resolução CNE/CEB nº 03/2018 (Art. 11, § 6º - Ensino Médio).
Educação Financeira	Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/2010. Decreto nº 7.397/2010 (Revogado pelo Decreto nº 10.393/2020).
Educação Fiscal	Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/2010. Portaria Conjunta do Ministério da Fazenda e da Educação, nº 413, de 31/12/2002.
Educação para valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras	Artigos 210, 215 (Inciso V) e 206, Constituição Federal de 1988. Leis nº 9.394/1996 (2ª edição, atualizada em 2018. Art. 3, Inciso XII; Art. 26, § 4º, Art. 26-A e Art. 79-B), nº 10.639/2003, nº 11.645/2008 e nº 12.796/2013, Parecer CNE/CP nº 3/2004, Resolução CNE/CP nº 1/2004 e Parecer CNE/CEB nº 7/20106.
Educação para o Consumo	Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/2010. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Proteção do consumidor). Lei nº 13.186/2015 (Política de Educação para o Consumo Sustentável).
Educação para o Trânsito	Lei nº 9.503/1997. Parecer CNE/CEB nº 11/2010, Resolução CNE/CEB nº 07/2010 (Art. 16 - Ensino Fundamental), Resolução CNE/CP nº 02/2017 (Art. 8, § 1º) e Resolução CNE/CEB nº 03/2018 (Art. 11, § 6º - Ensino Médio). Decreto Presidencial de 19/09/2007.
Processo de Envelhecimento, respeito e valorização do Idoso	Lei nº 10.741/2003. Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 07/2010 (Art. 16 - Ensino Fundamental). Parecer CNE/CEB nº 05/2011, Resolução CNE/CEB nº 02/2012 (Art. 10 e 16 - Ensino Médio), Resolução CNE/CP nº 02/2017 (Art. 8, § 1º) e Resolução CNE/CEB nº 03/2018 (Art. 11, § 6º - Ensino Médio).
Saúde	CF/88. Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/2010. Decreto nº 6.286/2007.
Trabalho	Lei nº 9.394/1996 (2ª edição, atualizada em 2018. Art. 3, Inciso VI; Art. 27, Inciso III; Art. 28, Inciso III; Art. 35 e 36 - Ensino Médio), Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/2010.
Vida Familiar e Social	Lei nº 9.394/1996 (2ª edição, atualizada em 2018. Art. 12, Inciso XI; Art. 13, Inciso VI; Art. 32, Inciso IV e § 6º), Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/2010.

Essas mudanças representam importantes conquistas para a educação nacional, pois, os estudantes têm direito a uma formação que os possibilite interagir de forma ativa com a vida social e com o mundo do qual fazem parte, a incorporação desses assuntos contribui para que os conteúdos científicos (também essenciais) se integrem aos conteúdos sociais e políticos.

Sendo assim, os assuntos abordados pelos TCTs conquistaram, na BNCC, o espaço e o status compatíveis com a sua relevância no currículo escolar. Contudo, mantendo-se a orientação de que os sistemas de ensino trabalhem esses temas de forma transversal, por meio de abordagens intra, inter e transdisciplinares.

Nesse sentido, a BNCC não deve ser vista como um documento que substitui as orientações contidas nos PCNs, mas, sim, como um documento que orienta o processo de revisão curricular à luz da legislação vigente³.

Após duas décadas de avanços, a BNCC vem acrescentar, integrar e trazer novos aspectos e práticas que pretendem ampliar a abordagem dos temas na escola.

³ A exemplo das alterações decorrentes da Emenda Constitucional nº 59 (2009) e das alterações da LDB (Lei 9.394/1996, Art. 26, § 7º, 2ª edição atualizada em 2018) e o caso da Lei nº 12.796/2013.

ABORDAGEM PRÁTICA

Considerações ao trabalho prático

Este material foi elaborado como complementação ao que estabelece a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com o intuito de orientar gestores e educadores, quanto à abordagem dos Temas Contemporâneos Transversais (TCTs), uma ferramenta valiosa para a superação da fragmentação do conhecimento e formação integral do ser humano com o desenvolvimento de uma visão ampla de mundo.

É preciso enfrentar o desafio de traçar novos caminhos de aprendizagem, para se trabalhar com equidade, ética, solidariedade, respeito ao ser humano e com o pluralismo de ideias e de culturas. Essa (trans) formação se faz possível por meio de uma abordagem pedagógica que valorize a construção de conhecimentos de forma integrada e contextualizada.

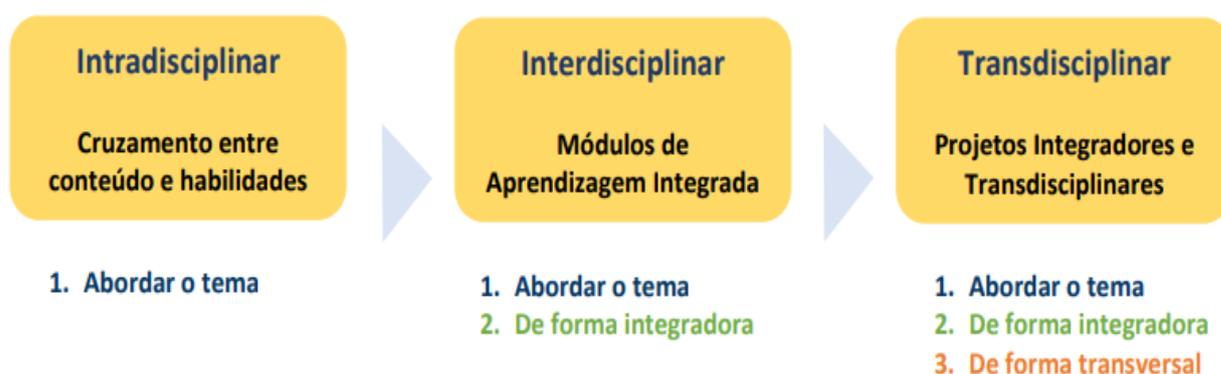
O Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Básica (SEB) e demais parceiros, tem investido em medidas práticas, ações e elaboração de documentos de referência para auxiliar os gestores educacionais e equipes pedagógicas na abordagem dos TCTs junto às suas respectivas redes de ensino, de forma a promover uma aprendizagem significativa.

A metodologia de trabalho inovadora dos TCTs está baseada em quatro pilares:



O objetivo de sua proposta metodológica é favorecer e estimular a criação de estratégias que relacionem os diferentes componentes curriculares com os TCTs, de forma que o estudante ressignifique a informação procedente desses diferentes saberes disciplinares e transversais, integrando-os a um contexto social amplo, identificando-os como conhecimentos próprios. Para tanto, sugere-se formas de organização dos componentes curriculares que, respeitando a competência pedagógica das equipes escolares, estimulem estratégias dinâmicas, interativas e colaborativas em relação à gestão de suas práticas pedagógicas (BRASIL, 2017, p.12).

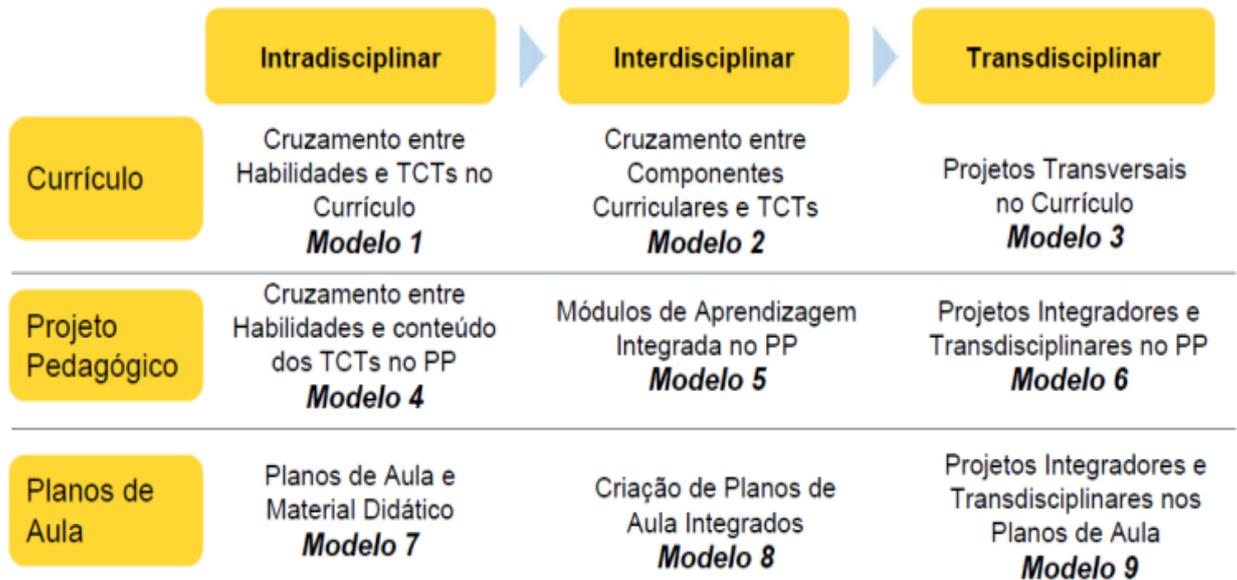
É possível vislumbrar diferentes possibilidades de abordagem dos TCTs, interagindo, em pelo menos, três níveis crescentes de complexidade, a saber: de maneira intradisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar, assim descritas abaixo:



As propostas pedagógicas, a serem elaboradas considerando os TCTs, devem permitir aos estudantes atuarem como agentes do seu aprendizado, possibilitando-lhes um processo de aprendizagem consciente, em uma estruturação mais aberta e flexível dos conteúdos escolares estabelecidos pelos professores e equipes pedagógicas.

As propostas devem, portanto, estar vinculadas à perspectiva do conhecimento globalizado e relacional, articuladas aos conhecimentos escolares, organizadas em atividades de ensino, que priorizem o trabalho coletivo, mas não de forma rígida, nem, necessariamente, com referências disciplinares preestabelecidas, que impossibilitem revisão.

As propostas práticas, possibilitam, ao menos, 9 modelos de abordagem aos TCTs:



O objetivo é que, no âmbito escolar, estratégias e conteúdos sejam desenvolvidos em todos os níveis de complexidade, cruzando as abordagens de implementação intra, inter e transdisciplinar com as esferas de organização do trabalho pedagógico: Currículos, Planos Pedagógicos e Planos de Aula. Este é o objetivo maior deste material orientador: apoiar os profissionais da educação a desenvolver suas atividades pedagógicas, considerando a inclusão dos TCTs.

Competências e Habilidades da BNCC alinhadas aos Temas de Saúde

A Macroárea Saúde abriga dois importantes temas que se auxiliam e se complementam: a *Saúde* e a *Educação Alimentar e Nutricional*. Ambos são, por afinidade, temas que visam à formação cidadã, porém, seus conteúdos são, ainda, pouco tratados nas escolas. Seu estudo no âmbito escolar tem amparo em diversos marcos legais, a saber: Constituição Federal de 1988 (CF/88), Leis nº 9.394/1996 (LDB), nº 11.947/2009 e nº 12.982/2014, Decreto nº 6.286/2007 (Programa Saúde na Escola), Portaria Interministerial MEC/MS nº 1.010/2000, Pareceres CNE/CEB nº 11/2010 e nº 05/2011, Resoluções CNE/CEB nº 07/2010 (art. 16), nº 02/2012 (art. 10º e 16) e nº 03/2018 (art. 11, § 6º) e Resolução CNE/CP nº 02/2017 (art. 8º, § 1º).

Em linhas gerais, o amparo legal para o alinhamento entre os temas *Saúde e Educação* são:

- A Constituição Federal de 1988 (CF/88);
- A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB), que em seu artigo 4º, afirma: “*o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à Saúde*”; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013);
- A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que promove a abordagem enquanto *Tema Contemporâneo Transversal (TCT)*, devendo, portanto, se articular com as áreas de conhecimento, seus componentes curriculares específicos e ganhar destaque e materialidade na elaboração dos Itinerários Formativos.

Se for considerada a Constituição Federal (CF/1988), a Saúde surge como um direito social ao lado da educação e outros. O artigo 6º expressa esse direito, assim como o artigo 208, que o enfatiza:

Art. 6º. São direitos sociais a educação, a Saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

[...]

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

[...]

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à Saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

Na LBD, o tema aparece, como descrito no artigo 208 da CF/88, em diversos momentos da lei e apresenta-se vinculado às práticas sociais, como explanado no artigo 4º (Título III - Do Direito à Educação e do Dever de Educar), a saber:

Art. 4º. O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

[...]

VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à Saúde; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

A Lei nº 13.716/2018, inclui ainda o artigo 4º-A, com a seguinte redação, para garantir o atendimento educacional ao estudante em tratamento de Saúde, a saber:

“É assegurado atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de Saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa.”

A abordagem sobre Saúde aparece em demais normativos educacionais, a exemplo dos citados Pareceres e Resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Não há dúvida de que a vida em sociedade pulsa, sobretudo, a partir das vivências provocadas pelas situações relativas à Saúde, à Economia, ao

Multiculturalismo, à Ciência e Tecnologia, ao Meio Ambiente, à Cidadania e ao Civismo, ou seja, aos Temas Contemporâneos Transversais (TCTs). É dessa dinâmica social que se depreendem os sentidos que as crianças e os jovens precisam para aderirem aos seus projetos de vida e para que a escola se torne uma escolha prazerosa. São nesses campos contemporâneos de experiência humana que as crianças e os jovens se sentem convocados a agir reflexiva e intersubjetivamente. Esse comportamento facilita o despertar da consciência do que se pensa, do que se faz e do que se sente. Aí está a potência de transformação pessoal e social e é por esse justo motivo que os currículos não podem se furtar ao processo de contextualização dos TCTs com as áreas de conhecimento.

Na Macroárea Saúde, é preciso considerar que todos nós, desde o começo da vida, a cada gesto, a cada olhar, a cada vez que respiramos, bebemos um copo d'água, nos alimentamos, dançamos, lemos um livro, sorrimos, nos inspiramos, nos encontramos com amigos, plantamos uma árvore, fazemos uma prece ou oração - dentre tantas outras experiências humanas da vida - estabelecemos relações afetivas saudáveis e vivenciamos nosso direito inalienável à Saúde. O modo como expressamos tristeza, raiva, alegria ou mesmo nosso grau de solidariedade e de cooperação, tudo está relacionado à Saúde.

Outro aspecto importante é que esse cotidiano está amparado pela CF/88, que garante que a Saúde se manifeste como direito social fundamental, sendo inerente à condição de cidadania e assumindo seu dinamismo e pluralidade. Isso porque ultrapassa o aspecto puramente biológico que implica tratamento médico e alcança o tecido social da vida, fazendo com que os conceitos de promoção de Saúde e de prevenção de doenças e agravos à Saúde ganhem visibilidade e força, sobretudo na educação. Essa perspectiva pressupõe que os educadores compreendam a Saúde a partir de seu conceito ampliado, incorporando saberes vinculados à qualidade de vida.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), Saúde é *“um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades”*.

A abordagem dos temas de Saúde em sala de aula são responsáveis por dar ao estudante preparo para o seu *autocuidado*, a partir dessa visão de integração dos TCTs dessa macroárea, amparada nas *Competências Gerais da Educação Básica*, sobretudo na Competência 8:

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua Saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

Em grande medida, as temáticas levantadas, e seus principais conceitos, podem ser trabalhadas em todas as faixas etárias, com abordagens adequadas, estudadas e aprofundadas no decorrer da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que está acontecendo em todas as redes de ensino.

Outras abordagens podem ser dadas à Macroárea Saúde, se considerada a literatura científica. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aborda a Saúde sobre diferentes perspectivas, tais como: “O cuidado da Saúde”, na Síntese das Aprendizagens da Educação Infantil (pg. 54); Nas Competências Específicas do Ensino Fundamental para Educação Física (pg. 223), Ciências da Natureza (pg. 324 e Ensino Religioso (pg. 437); e no Ensino Médio, da pg. 481, em diante (Educação Física, Campo da Vida Pessoal, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias).

Nesse sentido, sugerimos que se amplie o diálogo com as instâncias que efetivamente se envolvem com a Macroárea Saúde, não somente as instâncias governamentais, mas todas que tratam a temática na perspectiva da formação aos estudantes sobre a sua importância para a vida em sociedade. Tal formação deve ser abordada na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, considerando a abordagem adequada, como forma de qualificação e promoção de hábitos e boas práticas de Saúde, que o estudante desenvolverá em sua vida acadêmica e levará ao longo da vida.

Este é um debate aberto e sua abordagem, dentro dos currículos construídos a partir da BNCC, deve ser promovida pelos sistemas de ensino, a partir da perspectiva que se intenciona abordar o trabalho e de acordo com a faixa etária.

É na inter-relação das ideias e dos fenômenos, na perspectiva do pensamento complexo, que se propõe a abordagem dos temas da Macroárea Saúde nas escolas, desenvolvendo valores, conhecimentos e competências importantes para a condução autônoma de uma vida saudável.

Abaixo segue o detalhamento dos temas da Macroárea Saúde.

SAÚDE



O *TCT Saúde* e demais Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) têm potencial para estabelecer conexões, oxigenar a vida na escola tornando-a atraente, contextualizada e dinâmica. Trata-se de um salto qualitativo no ato de educar na medida em que, ao compor a parte diversificada da BNCC, ganha materialidade a partir de um olhar crítico e atualizado para a realidade social de cada escola e das necessidades peculiares de cada território sem perder de vista as questões macro que tratam de Saúde.

Assim, a Saúde, como TCT, se articula com as áreas de conhecimento e com os componentes curriculares, respaldados pelas competências gerais que afetam a vida humana de modo coletivo e individual.

Não custa lembrar que diminuir fatores de risco e conduzir a adoção de comportamentos responsáveis e solidários, em relação a si próprio, aos outros e ao meio em que se vive, é uma tarefa longitudinal na vida escolar e para além dela. Na Saúde, a transversalidade, ao adotar a concepção de conhecimento que toma a realidade como algo em constante movimento, convoca-nos a instituímos uma prática educativa onde o conhecimento teórico se imbrica com as questões relativas

à Saúde na realidade, ou seja, nos provoca a aprendermos sobre a realidade, imersos na verdade.

O TCT Saúde, para dar sentido aos componentes curriculares, deve agregar-se à visão de Educação e de Saúde integrais, por meio de práticas intencionais que favoreçam o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias à promoção da Saúde e à prevenção de comportamentos de risco à Saúde. É possível para tanto, a opção por uma abordagem intradisciplinar, interdisciplinar ou transdisciplinar, que o contemple em apenas um componente curricular ou entre diferentes componentes curriculares ou, ainda, que contemple o TCT Saúde de modo integrador e transversal, respectivamente.



EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL



O *TCT Educação Alimentar e Nutricional* é visto, prioritariamente, como uma ferramenta estratégica, para auxiliar o estudante a desenvolver o autocuidado e a escolha dos seus hábitos alimentares, que muitas vezes, começam a ser construídos ainda na infância, com o objetivo de contribuir para a promoção e a proteção da Saúde dos alunos.

Do ponto de vista legal, tanto a CF/88 quanto a LDB destacam que é dever do Estado atender aos educandos em todas as etapas da educação a partir de programas suplementares de alimentação.

Já do ponto de vista da aprendizagem, o conhecimento sobre Educação Alimentar e Nutricional fortalece a autonomia, assim como a cidadania dos estudantes e das escolas, para fomentar as escolhas saudáveis do indivíduo, transformando as relações sociais e garantindo o direito a uma vida mais saudável.

É importante destacar que a Educação Alimentar e Nutricional também possui determinantes legais para sua oferta no âmbito escolar, são as Leis nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e nº 12.982, de 28 de maio de 2017, que altera a Portaria Interministerial MEC/MS nº 1.010, de 8 de maio de 2006, que instituiu as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de Educação Infantil, ensinos Fundamental e Médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional, assim como os demais Pareceres e Resoluções do CNE.

Diante da importância do tema e das políticas públicas que a efetivam como direito, cabe às escolas promover o estudo da Educação Alimentar e Nutricional, conforme preconiza a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), para que os profissionais de educação e estudantes a reconheçam como uma estratégia de

construção de uma cidadania consciente, em relação ao consumo sustentável, responsável pelos recursos naturais e alimentares.

Várias abordagens podem ser dadas ao TCT Educação Alimentar e Nutricional, por meio de ações, planos, eventos, projetos de curto, médio e/ou longo prazos, para conscientizar toda comunidade escolar sobre sua importância e promover situações de aprendizagem que possibilitem a consciência dos hábitos alimentares para uma vida saudável.

A escola pode assim contribuir para o entendimento dos aspectos alimentar e nutricional, incentivando o conhecimento sobre cultura alimentar local (influência dos povos e culturas tradicionais nos hábitos alimentares), as escolhas alimentares e seus reflexos nos aspectos de Saúde (crescimento, rendimento intelectual, anemia, obesidade etc.), combate ao desperdício, dentre outros. A relação entre alimento e aspectos culturais, locais, do território, dentre outras abordagens, estão mencionadas nas habilidades e competências da BNCC.



ABORDAGEM PRÁTICA

Propostas Curriculares aos Temas de Saúde nas Etapas da Educação Básica

O objetivo deste material orientador é auxiliar os profissionais da educação no processo de contextualização dos Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) da Macroárea Saúde nos currículos. Trata-se de um documento sucinto que visa apresentar o tema, fornecer orientações gerais sobre sua contextualização e inspirar possíveis abordagens para Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Dentro da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) os temas de Saúde podem ser vislumbrados nas competências gerais, nas competências específicas das áreas e nas habilidades dos componentes.

Não há dúvida de que a vida em sociedade pulsa, sobretudo, a partir das vivências provocadas pelas situações relativas à Saúde, ao multiculturalismo, à ciência e tecnologia, ao meio ambiente, à cidadania e ao Civismo, ou seja, os temas contemporâneos. É dessa dinâmica social que se depreendem os sentidos que as crianças e os jovens precisam para aderirem aos seus projetos de vida e para que a escola se torne uma escolha prazerosa. São nesses campos contemporâneos de experiência humana que as crianças e os jovens se sentem convocados a agir reflexiva e intersubjetivamente. Esse comportamento facilita o despertar da consciência do que se pensa, do que se faz e do que se sente. Aí está a potência de transformação pessoal e social, por esse justo motivo é que os currículos não podem se furtar ao processo de contextualização dos TCTs com as áreas de conhecimento.

Na Macroárea Saúde, é preciso considerar que todos nós, desde o começo da vida, a cada gesto, a cada olhar, a cada vez que respiramos, bebemos um copo d'água, nos alimentamos, dançamos, lemos um livro, sorrimos, nos inspiramos, nos encontramos com amigos, plantamos uma árvore, estabelecemos relações afetivas saudáveis, fazemos uma prece, dentre tantas outras experiências humanas da vida; vivenciamos nosso direito inalienável à Saúde. O modo como expressamos tristeza,

raiva, alegria ou mesmo nosso grau de solidariedade e de cooperação, tudo está relacionado à Saúde.

Outro aspecto importante é que esse cotidiano está amparado pela CF/1988, que garante que a Saúde se manifeste como direito social fundamental, sendo inerente à condição de cidadania e assumindo seu dinamismo e pluralidade. Isso porque ultrapassa o aspecto puramente biológico que implica tratamento médico e alcança o tecido social da vida, fazendo com que os conceitos de promoção de Saúde e de prevenção de doenças e agravos à Saúde ganhem visibilidade e força, sobretudo na educação.

Essa perspectiva pressupõe que os educadores compreendam a Saúde a partir de seu conceito ampliado, incorporando saberes vinculados à qualidade de vida. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS): *“Saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades”*.

A BNCC, nas Competência Gerais da Educação Básica, destaca diversos aspectos relacionados à Saúde, em especial a Competência nº 8, a saber:

8 - Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua Saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

Outras Competências reforçam esse princípio do “autocuidado” e estão fortemente ligadas à promoção de Saúde mental merecendo igual destaque no que tange à formulação de competências e habilidades articuladas à promoção de Saúde no âmbito escolar, tais como:

6 - Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade;

9 - Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza; e

10 - Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Mas como trabalhar os TCTs da Macroárea Saúde na elaboração dos currículos? Quais caminhos são possíveis? Os TCTs desta Macroárea têm potencial para estabelecer conexões entre tudo e todos, oxigenar a vida na escola tornando-a atraente, contextualizada e dinâmica. Trata-se de um salto qualitativo no ato de educar na medida em que, ao compor a parte diversificada da BNCC, ganha materialidade a partir de um olhar crítico e atualizado para a realidade social de cada escola e das necessidades peculiares de cada território, sem perder de vista as questões de Saúde. Assim, os TCTs da Macroárea Saúde se articulam com as áreas de conhecimento e com os componentes curriculares, respaldados pelas competências gerais que afetam a vida humana de modo coletivo e individual.

Não custa lembrar que diminuir fatores de risco e conduzir a adoção de comportamentos responsáveis e solidários em relação a si próprio, aos outros e ao meio ambiente é uma tarefa longitudinal na vida escolar e para além dela. Na Saúde, a transversalidade, ao adotar a concepção de conhecimento que toma a realidade como algo em constante movimento, convoca-nos a instituímos uma prática educativa onde o conhecimento teórico se imbrica com as questões relativas à Saúde na realidade, ou seja, nos provoca a aprendermos sobre a realidade, imersos na realidade.

Os TCTs Saúde e Educação Alimentar e Nutricional, para dar sentido aos componentes curriculares, devem agregar-se à visão de educação integral e de

Saúde integral, por meio de práticas intencionais que favoreçam o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias à promoção da Saúde e à prevenção de comportamentos de risco à Saúde. É possível optar por abordagens intradisciplinar, interdisciplinar ou transdisciplinar, entre os diferentes componentes curriculares ou ainda contemplando os modos integradores e transversais, respectivamente.

A sistematização a seguir, colocada em tabelas, visa permitir um olhar sobre aspectos fundamentais que a BNCC indica para formação do estudante em cada etapa. Essa sistematização surge como auxiliar, um guia de sugestões e de possibilidades para que sejam trabalhados os principais conceitos e objetivos da Macroárea Saúde (Saúde e Educação Alimentar e Nutricional), articulando as diversas áreas do conhecimento e seus componentes curriculares.

Na prática, o que se busca nessa sistematização é que o professor possa responder a alguns questionamentos sobre a transversalidade e a interdisciplinaridade, visto que ainda não se tem sedimentada na cultura escolar a articulação pedagógica entre áreas e componentes.

Dentre esses questionamentos, pode-se ter o seguinte: considerando os principais objetivos da etapa na qual se trabalha, que habilidades dos diversos componentes curriculares podem ser trabalhadas, considerando a temática da Macroárea Saúde como auxiliar na articulação e na construção dos objetivos de cada área?

Orientações e Abordagens - Educação Infantil

Na Educação Infantil, o entendimento mais importante para transversalizar os temas da Macroárea Saúde é compreender o estreitamento entre os conceitos “educação” e “cuidado”. Esse aporte é fundamental na medida em que impõe a necessidade de imprimir intencionalidade educativa às práticas pedagógicas de cuidado desenvolvidas em cada campo de experiência na Educação Infantil, tanto na creche quanto na pré-escola, que visam garantir os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se.

A questão que se impõe é como converter a experiência sociocultural da criança em experiências educativas em Saúde. Para tanto, parte-se do pressuposto de que as experiências pedagógicas em Saúde devem se orientar no sentido de expandir o conhecimento das crianças em relação a fatos e acontecimentos do cotidiano relacionados com a Saúde individual e coletiva, ao tempo em que o educador deve fazer uma autorreflexão permanente sobre seu trabalho pedagógico visando identificar possíveis valores e atitudes pessoais contrários à construção do bem comum de uma sociedade saudável e livre de preconceitos. Isso porque a postura do professor de valorização da centralidade das crianças e da cultura divergente no processo de aprendizagem e de desenvolvimento é especialmente cara na Educação Infantil.

Em linhas gerais, os TCTs Saúde e Educação Alimentar e Nutricional na Educação Infantil dizem respeito ao modo como o educador, a partir dos campos de experiência, organiza uma atividade intencional de promoção de Saúde que facilite o processo do autoconhecimento da criança, do outro e de compreensão do mundo que a cerca, por meio do encontro com outras pessoas, da manipulação de materiais, da interação com as histórias e com as brincadeiras.

Os objetivos de aprendizagem serão alcançados à medida que se trabalhe a Macroárea Saúde com diferentes linguagens e sentidos em todos os momentos da criança na escola, valorizando uma postura pedagógica flexível e percebendo como a ela age diante das atividades de Saúde propostas. É necessário identificar, em cada campo de experiência, como os temas se expressam. Por exemplo, o direito de conviver com Saúde pode se expressar no campo do eu, do outro e do nós, por meio de atividades de autocuidado corporal, como lavar as mãos e as frutas antes de comer.

Os campos de experiência refletem um modo de pensar não fragmentado e não isolado, onde os TCTs podem se articular com bastante facilidade. A BNCC instiga o educador a pensar no todo, de modo amplo, integral, articulado e transversal. Essa orientação, sobretudo na Educação Infantil, é imprescindível para a articulação entre os diferentes campos de experiência, sem a qual não é possível pensar a criança com direitos na educação.

Por fim, transversalizar os temas a partir do diálogo entre direitos de aprendizagem, campos de experiências e objetivos de aprendizagem implica construção e efetivação de propostas pedagógicas envolvendo os TCTs da Macroárea Saúde.

São as propostas pedagógicas que materializam os direitos e priorizam determinados “Campos de Experiências”. Dessa forma, cria-se a oportunidade para a criança conhecer e dialogar com a realidade que a cerca e construir-se subjetivamente, a partir das práticas cotidianas.

DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, *nas diversas experiências de cuidados*, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário. Essa concepção de criança como ser que observa, questiona, levanta hipóteses, conclui, faz julgamentos, assimila valores e que constrói conhecimentos e se apropria do conhecimento

sistematizado por meio da ação e nas interações com o mundo físico e social não deve resultar no confinamento dessas aprendizagens a um processo de desenvolvimento natural ou espontâneo.

Ao contrário, impõe a necessidade de imprimir intencionalidade educativa às práticas pedagógicas na Educação Infantil, tanto na creche quanto na pré-escola. Essa intencionalidade consiste na organização e proposição, pelo educador, de experiências que permitam às crianças conhecer a si e ao outro e de conhecer e compreender as relações com a natureza, com a cultura e com a produção científica, que se traduzem nas práticas de cuidados pessoais (alimentar-se, vestir-se, higienizar-se), nas brincadeiras, nas experimentações com materiais variados, na aproximação com a literatura e no encontro com as pessoas.

Uma abordagem transversal e integradora em Saúde deve partir do modo como a criança aprende e produz conhecimento, devendo os seus temas prioritários serem definidos de acordo com as realidades de cada região, território ou escola, ou seja, o determinado contexto ao qual a criança está imersa é o que vai definir a abordagem, a metodologia e os pontos estratégicos dos temas da Saúde. Para tanto, é importante criar cenas de aprendizagem nas quais seja possível observar e perceber como esse tema pode ser expresso nos diferentes campos de experiência: o eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação; espaços, tempos, quantidade, relações e transformações.

Segue quadro sinótico com exemplos de experiências sociais integradoras para a contextualização da Macroárea Saúde na Educação Infantil:

MACROÁREA SAÚDE

EDUCAÇÃO INFANTIL

Competências Gerais BNCC contempladas pela Macroárea	Eixos Estruturantes	Campo de Experiência	Objetivo de Aprendizagem e Desenvolvimento	Habilidades contempladas pela Macroárea
6, 8, 9 e 10	Interação e Brincadeiras	O eu, o outro e o nós.		(EI01EO01) (EI01EO04) (EI01EO05) (EI01EO06) (EI02EO01) (EI02EO03) (EI02EO04) (EI03EO03) (EI03EO04) (EI03EO06)
		Corpo, gestos e movimentos.	- Experiência de construção da subjetividade a partir da interação com seus pares, da vivência sensorial no mundo, dos movimentos, gestos, olhares, sons e mímicas com o corpo.	(EI03CG01) (EI03CG04) (EI01CG04) (EI02CG04)
		Traços, sons, cores e formas.	- Experiência social de cuidar-se e cuidar do outro – saúde corporal e bucal. - Experiência social de alimentação e nutrição.	(EI02TS02) (EI02TS03) (EI03TS01) (EI03TS02)
		Escuta, fala, pensamento e imaginação.	- Experiência social de prevenção de acidentes (evitar riscos). - Experiência social de estabelecimento de vínculos de respeito e de confiança. - Outros.	(EI01EF07) (EI02EF01) (EI02EF03) (EI02EF04) (EI02EF06) (EI02EF08) (EI03EF01) (EI03EF03)
		Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.		(EI01ET01) (EI01ET05) (EI02ET01) (EI02ET05) (EI02ET08) (EI03ET01) (EI03ET08)

Objetos de conhecimento para os Ensinos Fundamental e Médio

a) Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional e da Alimentação Saudável:

A abordagem transversal desse tema deve promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis com o objetivo de garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada.

Essa foi uma conquista importante da sociedade instituída por meio da Emenda Constitucional 064/2010, onde o direito à alimentação foi incluído no artigo 6º da Constituição Federal (1988), entre os direitos sociais individuais e coletivos. Eis a redação final: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Brasil, 1988). A escola deve criar ambientes favoráveis à alimentação saudável incentivando o acesso e o consumo de alimentos de qualidade, e as práticas pedagógicas devem incluir o desenvolvimento de competências e habilidades de Educação Alimentar e Nutricional (EAN).

b) Prevenção ao uso de Álcool, Tabaco, Crack e outras drogas:

A abordagem transversal desse tema visa ao desenvolvimento de competências e habilidades protetivas em relação ao abuso de drogas lícitas ou ilícitas. O consumo de drogas é um fenômeno complexo e multicausal que faz parte da cena cotidiana contemporânea da vida nas sociedades, devendo, portanto, ser discutido nas escolas desde cedo e sempre. É importante lembrar que, embora seja próprio ao senso comum correlacionar o termo “droga” à acontecimentos ilegais e marginais, quando nos referimos ao uso de drogas, nos limitamos às drogas ilícitas, precisamos incluir o consumo de tabaco, de álcool, de medicamentos, alimentos ultraprocessados e tantas outras drogas que fazem parte de diferentes sociedades

com algumas variações socioculturais. O uso indevido de substâncias psicoativas é um problema de Saúde pública no Brasil e mantém relação com os agravos sociais dele decorrentes que podem afetar, com considerável prejuízo, os sujeitos do Ensino Fundamental e Médio de diferentes grupos étnicos, independentemente de classe social, econômica, idade ou sexo. O consumo e a dependência de substâncias psicotrópicas, por adolescentes, podem ser evitados mesmo em ambientes caracterizados pela abundância de fatores de risco. Essa prevenção pode ser facilitada quando a escola propicia a presença de fatores protetores para uma vida saudável.

c) Prevenção à Sexualização Precoce, DSTs/AIDS e da Gravidez na Adolescência:

A abordagem transversal desse tema visa ao desenvolvimento de competências e habilidades relativas à prevenção da sexualização precoce e suas possíveis consequências, tais como: contágio e transmissão das doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e da gravidez indesejada e/ou precoce. Essa abordagem deve ser dada por meio do diálogo cotidiano, baseado em evidências e com práticas educativas centradas no público infantojuvenil e adolescentes.

A escola é o espaço sociocultural em que as diferentes identidades se encontram e se produzem, portanto, é um dos lugares mais importantes para se educar com vistas ao respeito à integridade humana dos educandos. É preciso, sem inquietação ou desconforto, abordar corretamente tais temas, de forma a problematizar os fatores de risco à Saúde. As DSTs são consideradas um Problema de Saúde Pública, sendo a prevenção fundamental no controle das doenças.

d) Outros objetos de conhecimento a serem considerados:

- *Enfrentamento à Covid-19;*
- *Enfrentamento ao mosquito Aedes Aegypti e doenças negligenciadas;*
- *Promoção das práticas corporais, da atividade física e do lazer nas escolas;*
- *Promoção da cultura de paz, cidadania e direitos humanos;*

- *Prevenção das violências e dos acidentes;*
- *Identificação de educandos com possíveis sinais de agravos de doenças em eliminação;*
- *Educação Alimentar e Nutricional;*
- *Promoção de Saúde bucal, auditiva e ocular, dentre outros.*

Pensar a contextualização dos TCTs da Macroárea Saúde passa pela concepção ampliada de Saúde amalgamada à qualidade de vida e pela compreensão da necessidade de desenvolver competências e habilidades promotoras de Saúde atreladas à ampliação da autonomia, do protagonismo e da corresponsabilidade dos estudantes com o cuidado integral à Saúde, visando minimizar as desigualdades sociais, étnicas, raciais, dentre outras.

Orientações e Abordagens - Ensino Fundamental

Pensar a contextualização dos TCTs da Macroárea Saúde no Ensino Fundamental passa pela concepção ampliada de Saúde amalgamada à qualidade de vida e pela compreensão da necessidade de desenvolver competências e habilidades promotoras de Saúde atreladas à ampliação da autonomia, do protagonismo e da corresponsabilidade dos estudantes com o cuidado integral à Saúde, visando minimizar as desigualdades sociais, étnicas, raciais, dentre outras. Para tanto, é preciso considerar os seguintes pontos:

Para tanto, é preciso considerar os seguintes pontos:

a) Compreender os sujeitos da aprendizagem: sabemos que existem diferentes infâncias e adolescências. Por isso, é importante o professor conhecer cada um de seus alunos em suas especificidades, bem como conhecer o grupo como um todo. Os

sujeitos do Ensino Fundamental são ativos na arte de interrogar a vida social. Esse é o primeiro passo para problematização da Saúde e seus determinantes sociais utilizando diferentes abordagens.

b) Problematizar as questões da Saúde: a partir do modo como se manifestam na dinâmica do cotidiano e como se articulam com as questões das desigualdades econômicas e sociais locais que colocam a Saúde em risco. Como os sujeitos se relacionam com as questões de Saúde? Quais acessos possuem aos bens e serviços de Saúde? Qual a qualidade de sua moradia? De sua alimentação? De seus afetos? Qual é seu tempo de ser criança? Está submetido a violências? Os pais produzem renda? Essas perguntas são balizadoras para a contextualização do tema em cada região. Essa tessitura social é realizada a partir das linhas vivas que compõem o tecido cultural no qual a escola está inserida e que será o demandante das 8 prioridades de temas específicos da Saúde a serem desenvolvidas em determinado território. O diálogo permanente com as demandas do território, que refletem os interesses, experiências e curiosidades das crianças, adolescentes e jovens pelo tema, é a certeza de um currículo vivo, contextualizado, expressivo e capaz de alterar vulnerabilidades sociais locais. Vale destacar que a criação de um ambiente propício à aprendizagem do TCT-Saúde na escola depende também, da percepção dos professores para as necessidades específicas de aprendizagem de cada um.

c) Definir as Abordagens para o Ensino Fundamental: os TCTs da Macroárea Saúde, por seu caráter integrador, estão contemplados em diversas habilidades dos componentes curriculares e precisam estar contextualizados em sua manifestação global, nacional e regional nos currículos, projetos pedagógicos e planos de aula. Devem ser abordados de forma: intradisciplinar, interdisciplinar e/ou transdisciplinar.

Para facilitar a organização desse material, a seguir apresentamos exemplos de abordagens dos TCTs da Macroárea Saúde para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio.

☞ Exemplo de Abordagem Intradisciplinar no Ensino Fundamental - a partir da problematização entre conteúdos e habilidades de um componente curricular:

Componente Curricular	Ano	Unidade Temática	Objetos de Conhecimento	Habilidades da BNCC	Práticas contextualizadas com TCTs de Saúde
Ciências	1º	Vida e Evolução	Corpo Humano. Respeito à diversidade.	(EF01CI03)	Pesquisar na mídia e identificar entre colegas e amigos casos de sofrimento psíquicos associados aos padrões de desempenho, Saúde e beleza impostos pela contemporaneidade urbana.
	5º		Nutrição do organismo. Hábitos alimentares. Integração entre os sistemas digestório, respiratório e circulatório.	(EF05CI08)	
	7º		Programas e indicadores de saúde pública.	(EF07CI09) (EF07CI10)	
	5º	Matéria e Energia	Produção de som, efeitos da luz nos materiais, saúde auditiva e visual.	(EF03CI03)	
	9º		Radiações e suas aplicações na saúde.	(EF09CI06) (EF09CI07)	
Matemática	5º	Probabilidade e Estatística	Leitura, coleta, classificação interpretação e representação de dados em tabelas de dupla entrada, gráfico de colunas agrupadas, gráficos pictóricos e gráfico de linhas.	(EF05MA24)	
Educação Física	8º	Ginásticas	Ginástica de condicionamento físico.	(EF89EF08)	
	9º		Ginástica de conscientização corporal.		
Ensino Religioso	8º	Crenças Religiosas e Filosofias de Vida	Crenças, filosofias de vida e esfera pública.	(EF08ER04)	

☯ Exemplo de Abordagem Interdisciplinar no Ensino Fundamental - a partir de uma abordagem integrada entre distintos componentes curriculares:

Componente Curricular	Ano	Unidade Temática	Objetos de Conhecimento	Habilidades da BNCC	Práticas contextualizadas com TCTs de Saúde
Educação Física e Ensino Religioso	8º 9º	Ginástica	Ginástica de condicionamento físico. Ginástica de conscientização corporal.	(EF89EF08) Oportunidade de trabalho interdisciplinar com as habilidades dos componentes curriculares: Ensino Religioso (EF08ER04)	Compreender os modos de vida, historicamente, e avaliar as implicações políticas, socioambientais, culturais e religiosas na Saúde para propor alternativas aos desafios do mundo contemporâneo, incluindo aqueles relativos ao mundo do trabalho.

☯ Exemplo de Abordagem Transversal no Ensino Fundamental - a partir de uma abordagem integradora baseada em projetos transdisciplinares:

Competência Geral da EB	Área de Conhecimento	Componente e Curricular	Habilidades	Objetos de Conhecimento em Saúde	Abordagem Transversal Atividade Prática
8 9 10	Linguagens, Ciências da Natureza e Ciências Sociais Aplicadas e suas Tecnologias	Educação Física Arte Língua Portuguesa Ciências Geografia História	Identificar dentre as habilidades específicas dos componentes, quais podem e devem ser trabalhadas.	Educação alimentar e nutricional. Prevenção ao uso de álcool, tabaco e outras drogas. Prevenção à sexualização precoce, DSTs/AIDS e da gravidez na adolescência. Saúde mental (cultura de paz e direitos humanos).	Desenvolver um Projeto envolvendo a comunidade escolar, com foco no protagonismo juvenil articulando os objetos de conhecimento aos componentes curriculares e aos demais TCTs, que observe os comportamentos de consumo da comunidade, inclusive de drogas, visto que podem configurar fatores de risco (violência, sexualização precoce, distúrbios alimentares etc.). Evidenciar os fatores preventivos de proteção alinhados aos projetos de vida.

Orientações e Abordagens - Ensino Médio

A Macroárea Saúde considera múltiplas possibilidades de articulação com os currículos de todas as etapas da educação, conforme preconiza a BNCC, evidenciando seu potencial no desenvolvimento de ações integradoras voltadas para o território da escola, contribuindo com a qualidade de vida dos estudantes e da comunidade. A Saúde é um tema instigante e abrangente a ser trabalhado em sala de aula, respeitando seu grau de complexidade e abordagem pedagógica, tornando-se atraente e convidativo. Tal qual no Ensino Fundamental, a contextualização da Macroárea Saúde também deve ser pensada a partir dos temas e assuntos determinantes para o público do Ensino Médio a partir dos direitos sociais garantidos constitucionalmente. Para tanto é preciso:

a) Compreender os sujeitos do Ensino Médio:

- Longe de se definir um perfil único para o jovem do Ensino Médio, é preciso atribuir-lhe um contorno que considere sua complexidade, suas múltiplas dimensões afetivas, culturais, sociais e econômicas e, sobretudo, sua necessidade de atuação no mundo, vontade de transformação, vitalidade, curiosidade, dúvidas e até mesmo sua retração do coletivo em determinados momentos de sua trajetória. São múltiplas as juventudes que se encontram no Ensino Médio, e é preciso que a escola desperte em cada um a vontade de criar seu próprio destino por meio de um projeto de vida orientado. Os professores, atentos a esse processo de desenvolvimento, devem buscar práticas pedagógicas voltadas para promoção de saúde que dialoguem com esse universo e sejam consoantes às expectativas dos jovens.

b) Problematizar as questões da saúde de tal modo como se manifestam na dinâmica do cotidiano e como se articulam com as questões das desigualdades econômicas e sociais locais que colocam a saúde individual e coletiva em risco:

- A saúde enfrenta diversos desafios na sociedade contemporânea que atingem as juventudes. Um deles é a percepção de que o bem-estar individual e coletivo depende da articulação entre setores da cultura, esporte, lazer, trabalho, economia, ética e política. Para os jovens os dilemas em saúde, demandam posicionamento sobre as drogas, os padrões estéticos, a gravidez precoce, as doenças sexualmente transmissíveis, a sustentabilidade, as violências, o suicídio, dentre tantas outras questões cotidianas que devem ser abordadas pela escola. As desigualdades econômicas e sociais são fatores determinantes que afetam fortemente a saúde dos jovens. Por isso, a necessidade de contextualizar a realidade local na sala de aula, se fazendo a necessária Transversalização da Macroárea Saúde, de modo que os componentes curriculares façam sentido e que se implementem projetos em saúde protagonizados pelos jovens.

c) Definir as Abordagens para o Ensino Médio:

- É possível trabalhar com as abordagens intradisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar no Ensino Médio da mesma forma que se trabalha no Ensino Fundamental, respeitando-se o grau de complexidade progressivo. Na abordagem intradisciplinar as questões de saúde devem estar inseridas em um componente curricular do Ensino Médio. Não seria ousado afirmar que a Macroárea Saúde pode e deve ser trabalhada nas quatro áreas do conhecimento: *Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*, sem dificuldades. Na abordagem interdisciplinar basta articular seus TCTs com dois os mais componentes curriculares, pensando a partir de um aspecto da promoção de saúde que tenha relevância local para despertar o interesse dos estudantes e o sentido da educação e do autocuidado. Na abordagem transversal deve-se considerar os recursos disponíveis na escola e nos espaços sociais e culturais do território, a contextualização do tema da saúde contemplando aspectos de relevância social significativa para região, a flexibilidade dos tempos e espaços pedagógicos, a articulação da escola com a comunidade e o acesso

aos espaços culturais locais, além do estabelecimento do diálogo como prioridade nas relações de cada um e todos na escola.

Exemplos de Abordagens da Macroárea Saúde no Ensino Médio:

☉ Exemplo de Abordagem Intradisciplinar no Ensino Médio - a partir da problematização dos TCTs ente os conteúdos e habilidades de um componente curricular:

Área de Conhecimento	Ano	Objetos de Conhecimento	Habilidades da BNCC	Práticas contextualizadas com TCTs de Saúde
Ciências da Natureza e suas Tecnologias	1º Ao 3º	Dinâmica da Vida, da Terra e do Cosmos. Matéria e Energia.	(EM13CNT207) (EM13CNT103) (EM13CNT104)	A partir dos determinantes sociais de saúde, analisar as maiores vulnerabilidades da região e propor ações de intervenção para dirimir desigualdades sociais.

☉ Exemplo de Abordagem Interdisciplinar no Ensino Médio - a partir de uma abordagem integrada entre distintos componentes curriculares e seus TCTs:

Área de Conhecimento	Ano	Habilidades da BNCC	Práticas contextualizadas com TCTs de Saúde
Ciências da Natureza e suas Tecnologias	1º Ao 3º	(EM13CNT207) Oportunidade de trabalho interdisciplinar com as habilidades dos componentes curriculares: Linguagens e suas Tecnologias (EM13LGG102)	Sabendo-se que as diversas formas de violência, sobretudo contra mulheres e população negra, são um grave problema de Saúde pública, compreender, a partir dos discursos midiáticos, os interesses, preconceitos e ideologias que sustentam essa problemática e elaborar um elenco de atitudes que promovam Saúde e previnam violências na escola.

☞ Exemplo de Abordagem Transversal no Ensino Médio – a partir de uma abordagem integradora baseada em projetos transdisciplinares:

Competências Gerais da EB	Áreas de Conhecimento	Componentes Curriculares	Habilidade	Objetos de Conhecimento	Abordagem Transversal
8 9 10	Linguagens Ciências da Natureza Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Educação Física Arte Língua Portuguesa Ciências Geografia História	Identificar dentre as habilidades específicas dos componentes, quais podem e devem ser trabalhadas.	Educação alimentar e nutricional Prevenção ao uso de álcool, fumo e outras drogas. Prevenção à sexualização precoce Saúde mental Cultura de paz Direitos humanos	Projeto de coexistência criativa, mobilizando a escola e a comunidade, utilizando as tecnologias sociais disponíveis para criação de um bairro saudável. Mapear fatores de risco à Saúde (esgoto e resíduos poluentes); mapear fatores de proteção social (escolas, UBS, praças, quadras de esportes e clubes); revitalizar o bairro (plantando árvores e criando hortas); construir o estatuto do bairro saudável e identificar os desejos coletivos.

Esta sistematização reflete um exercício de aproximação das competências e habilidades da BNCC presente na Macroárea Saúde e seus Temas Contemporâneos: *Saúde e Educação Alimentar e Nutricional*. Espera-se construir ações transversais práticas exequíveis nas escolas e salas de aula, inclusive para orientar os processos formativos dos professores na utilização contextualizada desses temas em todas as etapas da Educação Básica. Trabalhar de maneira transversal e interdisciplinar é um desafio na prática do cotidiano pedagógico. Elas surgem de maneira pontual em projetos e outras ações. Entretanto, esse exercício aproxima os estudantes da realidade dando sentido ao que é aprendido, tornando o conhecimento atrativo e gerando a criatividade e o senso investigativo, e finalmente, o gosto por aprender.

ABORDAGEM PRÁTICA

Propostas de Unidades Curriculares e Módulos para a abordagem dos Temas de Saúde nos Itinerários Formativos

As mudanças trazidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) quanto à implementação dos novos currículos, suscitam dúvidas quanto à implementação dos Temas Contemporâneos Transversais (TCTs), e sobre a articulação desses com os demais conteúdos, bem como as ações pedagógicas serem tratadas de forma contextualizada, articulando as áreas do conhecimento.

Como vimos, existem diversas abordagens para tratar os TCTs nos novos currículos construídos a partir da BNCC. No caso do Ensino Médio, em especial pelo seu novo formato, abre-se um leque de opções interessantes para a inclusão dos TCTs, a exemplo dos *Itinerários Formativos (IFs)* e os *Projetos de Vida (PVs)*.

Os IFs correspondem a um conjunto de atividades curriculares, conforme orientadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEMs) ofertadas pela escola, e por vezes, em parceria com instituições. Os estudantes podem escolher, de acordo com seus interesses, aprofundar suas aprendizagens em uma ou mais áreas de conhecimento e/ou na formação técnica e profissional, previstos na BNCC, e que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, considerando a relevância do contexto local, as possibilidades do sistema de ensino, sendo possível, ainda, a composição de itinerário integrado.

Os estudantes podem cursar um ou mais IFs, de forma concomitante ou sequencial, a depender dos arranjos ofertados pelas redes, em função da sua autonomia, das suas particularidades e dos anseios de professores e estudantes. Esses itinerários podem mobilizar todas ou apenas algumas competências específicas da(s) área(s) em que está organizado.

Os Temas Contemporâneos da Macroárea Saúde, para além de sua relevância pedagógica e para o mundo do trabalho, inscrevem-se como condição prévia facilitadora para o despertar da consciência do estudante em relação à importância do autocuidado e do todo que o cerca, em um exercício admirável de cidadania.

O principal objetivo dos IFs na área da Saúde é contribuir para a formação integral dos estudantes por meio da compreensão, promoção e do desenvolvimento de ações individuais e grupais de promoção, prevenção e atenção à Saúde, para dirimir vulnerabilidades que comprometam o pleno desenvolvimento dos estudantes e das comunidades. Vale lembrar que Saúde e Educação integrais são condição para o alcance pleno dos Direitos Humanos.

Destacam-se quatro objetivos específicos dos TCTs da Macroárea Saúde:

- *Aprofundar os conhecimentos em Saúde relacionados às competências gerais, às áreas de conhecimento e/ou à formação técnica e profissional;*
- *Desenvolver a formação integral dos estudantes, com foco no autocuidado e cuidado com o outro, incentivando a tomada de decisões e a autonomia necessária para que planejem e realizem seus projetos de vida;*
- *Ampliar competências baseadas na promoção de Saúde e em valores primordiais para o convívio em sociedade como ética, liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade; e*
- *Desenvolver habilidades em Saúde, fundamentadas nos eixos estruturantes, que possibilitem aos estudantes a compreensão das questões da vida de modo aberto e plural, a tomada de decisões e o agir ético e solidário nas mais diversas situações, seja na escola, seja no trabalho, seja na vida.*

Podemos observar uma indissociável relação da Saúde com a Educação, onde ambas são partes integrantes de um processo social e de políticas públicas, voltado para o alcance dos projetos de vida dos jovens. Nesse sentido, é função da escola propor caminhos alternativos e variados criando condições para que os estudantes compreendam a Saúde como direito.

Ao se propor um IF na área de Saúde, é preciso considerar, além dos recursos físicos, materiais e de articulação da rede e do mapeamento das potencialidades da comunidade, as múltiplas abordagens possíveis presentes na Macroárea, os quais afetam a vida humana global, regional e local nas esferas individual e coletiva.

A Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), considerando os fatores determinantes e condicionantes da qualidade de vida, como trabalho, educação, habitação, lazer, cultura, ambiente e acesso a bens e serviços essenciais, deve ser trabalhada em sala de aula, priorizando ações, tais como:

- Promoção da Cultura de Paz e dos Direitos Humanos;
- Prevenção do uso de álcool, tabaco e outras drogas;
- Promoção da Educação Alimentar e Nutricional;
- Promoção da Saúde Sexual e Reprodutiva;
- Promoção de Atividades Físicas, Corporais e de Lazer;
- Promoção do Desenvolvimento Sustentável.

Na proposição dos IFs sugerimos três abordagens, como mostrado a seguir:

a) Por Área do conhecimento (Linguagens e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas): visando aprofundar e ampliar o conhecimento em determinada área do conhecimento e sua aplicação. Considerando a Macroárea Saúde, é visível a possibilidade de mobilizar uma ou mais área do conhecimento a partir de estudos que levam a formação cidadã integral, considerando os estudos da formação social e econômica e estudos de matemática.

b) Na Formação Técnica Profissional (qualificação profissional; habilitação técnica de nível médio; formações experimentais): que por tratarem do mundo do trabalho, levam a um dos subtemas da Macroárea Saúde, ao que se espera como objetivos do Ensino Médio, bem como ao projeto de vida.

c) Integrada: com possibilidades de combinação e articulação, tanto entre diferentes áreas de conhecimento, quanto entre uma área e uma formação técnica profissional. A preparação para o mundo do trabalho deve passar por formação em economia, planejamento, gestão e profissões relacionadas à Macroárea Saúde. Considerando estas probabilidades, apresentamos alguns exemplos práticos de possibilidade de inserção da Macroárea Saúde nos currículos do Ensino Médio.

Seguem algumas propostas abaixo:

- Nome do IF: Promoção de Saúde com ênfase em Alimentação e Nutrição

Mobiliza conceitos das áreas: Linguagens e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias e Ensino Religioso.

Perfil do egresso: os egressos do Itinerário de Promoção de Saúde com ênfase em Alimentação e Nutrição deverão ser, por meio de uma postura humanistas, crítica e reflexiva, agentes promotores de Saúde e formadores de hábitos alimentares saudáveis, fomentadores da adesão voluntária às práticas saudáveis de vida.

Cursos que têm relação com as competências propostas pelo itinerário: Nutrição, Engenharia de Alimentos, Medicina, Enfermagem, Educação Física, Psicologia, Assistência Social, Fisioterapia, Biomedicina, Quiropraxia, Terapia Ocupacional, dentre outros.

Competências específicas do itinerário

- Analisar a promoção de Saúde considerando seus fatores de risco e de proteção visando contribuir para uma sociedade mais justa, ética e sustentável.
- Atuar como promotor de Saúde em diversos campos a partir de investigações científicas, processos criativos de soluções de problemas, intervenção social balizada pela ética e mobilização de recursos para o alcance de metas planejadas.

Relação das competências do IF com as competências gerais da BNCC

O itinerário se articula fortemente com as competências:

- 6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade;
- 8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua Saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas;
- 9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza; e
- 10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Relação das competências do IF com as competências das áreas da BNCC

- Área de Linguagens e suas Tecnologias - Competências 1, 2, 3, 4 e 5.
- Matemática e suas Tecnologias - Competência 2.
- Ciências da Natureza e suas Tecnologias - Competências 1, 2 e 3.

As habilidades deste itinerário foram pensadas a partir dos eixos estruturantes e estão indicadas nas referidas competências.

Unidades Curriculares

As unidades do itinerário estão organizadas em três módulos. O módulo I trata da Promoção de Saúde de modo amplo e pautado pelos marcos legais. O módulo II aborda os principais objetos de conhecimento em Promoção da Saúde na contemporaneidade. Por fim, o Módulo III, Alimentação e Nutrição, permite um

aprofundamento maior nessa área específica. Todos os módulos apresentam a possibilidade de articulação com outros IFs.

Módulo I – Introdutório:

- Política Nacional de Promoção da Saúde e Pactos Internacionais;
- Direitos Humanos, Empreendedorismo Social e Cidadania;
- Saúde Mental e Prevenção das Violências;
- Empoderamento de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social.

Módulo II – Intermediário:

- O Direito Humano à alimentação adequada (DHAA), Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional;
- Atividades Físicas, Corporais e de Lazer;
- Prevenção à Gravidez Precoce;
- Prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS;
- Prevenção ao Uso de Álcool, Tabaco e outras drogas.

Módulo III – Avançado (Eletivas):

- Ciência da Nutrição;
- Hábitos alimentares, cultura, comensalidade e consumo alimentar;
- Sistemas Alimentares: tipos e características;
- Alimentação Adequada e Saudável;
- Educação Alimentar e Nutricional: Alimentação Adequada e Saudável e Segurança Alimentar e Nutricional – SAN.

Modalidades: sugere-se que o módulo introdutório, por se assentar mais sobre o debate político que acolhe a temática e por suscitar o fervor argumentativo, seja

ministrado de modo presencial. Os demais módulos poderão ser ofertados na modalidade a distância ou mesclando o presencial e o não presencial, com a garantia do suporte técnico e profissional.

Pré-requisitos: sugere-se que o módulo Introdutório preceda os demais módulos.

Oferta das unidades pela escola: as unidades curriculares sugeridas neste itinerário podem ser ofertadas pela escola ou em parceria com outras instituições ou escolas próximas.

Relação com outros itinerários: este itinerário dialoga e pode ser realizado de forma concomitante com o Itinerário de Direitos Humanos, Economia Sustentável e Meio Ambiente.

Unidades Curriculares

Módulo I - Introdutório

Política Nacional de Promoção da Saúde e Pactos Internacionais:

Eixo Estruturante	Habilidades
INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	Posicionar-se com base em critérios científicos, éticos e estéticos utilizando dados, fatos e evidências da Política Nacional de Promoção de Saúde no Brasil e dos Pactos Internacionais dos quais o Brasil é signatário, para subsidiar conclusões e opiniões expressas de modo claro e coerente respeitando valores universais como liberdade, democracia, justiça social, solidariedade, pluralidade e sustentabilidade.
PROCESSOS CRIATIVOS	Difundir ideias sobre promoção de Saúde utilizando múltiplas linguagens como mídias, plataformas analógicas e digitais com confiança, assegurando que alcance os interlocutores pretendidos considerando as diversidades do País.
MEDIAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIOCULTURAL	Propor e participar da implementação de soluções para problemas relativos à exposição da coletividade a fatores de risco à Saúde em nível local, regional e nacional.
EMPREENDEDORISMO	Superar obstáculos e enfrentar desafios buscando sempre o trabalho coletivo e integrado para o alcance da qualidade de vida e do bem comum.
Sugestões de materiais de apoio	BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Atenção Básica < http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf > e Acordos Internacionais < http://www.saude.gov.br/assessoriainternacional/acordos-internacionais >.

Direitos Humanos, Empreendedorismo Social e Cidadania

Eixo Estruturante	Habilidades
INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	Basear suas opiniões em documentos legais e em critérios científicos e éticos relativos aos Direitos Humanos e expressar-se coerentemente na defesa de valores democráticos, solidários e justos para todos.
PROCESSOS CRIATIVOS	Desenvolver projetos inovadores na área de Promoção de Saúde com foco nos Direitos Humanos que favoreçam a diminuição das desigualdades sociais, raciais, de gênero e econômicas.
MEDIAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIOCULTURAL	Identificar e tomar para si valores que garantam a vida ética em sociedade, pautada pelos Direitos Humanos e intervir social e responsavelmente na manutenção do autocuidado em Saúde e do cuidado com a Saúde do outro e do meio ambiente.
EMPREENDEDORISMO	Utilizar estratégias de planejamento, organização e empreendedorismo social para mapear cenários de recorrentes violações de Direitos Humanos e realizar projetos na área de Saúde voltados para o empoderamento juvenil e garantia de direitos.
Sugestões de materiais de apoio	< http://www.simi.org.br/noticia/Conheca-4-projetos-de-empreendedorismo-social-que-estao-conquistando-Brasil > BRASIL. Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm .

Saúde Mental e Prevenção das Violências

Eixo Estruturante	Habilidades
INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	Expressar-se com segurança, firmeza e clareza argumentativa acerca de dados científicos sobre as violências no Brasil e no mundo e posicionar-se à luz da justiça social e dos Direitos Humanos.
PROCESSOS CRIATIVOS	Desenvolver um conjunto de estratégias e formas de promover Saúde mental com vistas a uma cultura de paz, em âmbito individual e coletivo, a partir da articulação de ações em rede de apoio e de proteção.
MEDIAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIOCULTURAL	Propor intervenções pautadas no reconhecimento da complexidade da Saúde mental diante de tamanhas e tantas desigualdades no País e corresponsabilizar-se pela realização de ações e projetos voltados para atividades físicas e corporais, esporte, lazer, cultura, arte, entre outros, que favoreçam a livre expressão e a não violência.
EMPREENDEDORISMO	Reconhecer a diversidade como potencialidade. Desenvolver a capacidade de cooperar socialmente e ser ator participe na construção de projetos de intervenção social, envolvendo as diversidades étnicas, etárias, de capacidade, racial, econômicas, de gênero e cultural que influenciam fortemente nos determinantes da Saúde.
Sugestões de materiais de apoio	< http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cultura_paz_saude_prevencao_violencia.pdf >. < http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_gestor_pse.pdf >.

Empoderamento de Adolescentes e Jovens em Situação de Vulnerabilidade Social

Eixo Estruturante	Habilidades
INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	Compreender as sociedades e suas vulnerabilidades relativas à Saúde coletiva dos jovens, a partir de critérios científicos e identificar possibilidades de organização de coletivos jovens para enfrentamentos das dificuldades.
PROCESSOS CRIATIVOS	Produzir saberes transformadores na área de promoção de Saúde a partir das relações que se estabelecem nos coletivos jovens e atuar nas mídias sociais, se valendo de todas as ferramentas virtuais para mobilizar jovens em torno da importância dessa pauta.
MEDIAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIOCULTURAL	Compreender e considerar as situações de vulnerabilidade social e risco à Saúde dos adolescentes e jovens, agindo com empatia, cordialidade e resiliência para promover o diálogo, a colaboração, a mediação e resolução de conflitos, o combate ao preconceito e a valorização da diversidade.
EMPREENDEDORISMO	Reconhecer e aproveitar as oportunidades, incrementar a capacidade de articulação e interlocução com foco no respeito pleno à vida, na promoção dos Direitos Humanos e nas liberdades fundamentais e na prática da não violência.
Sugestões de materiais de apoio	BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde do Adolescente. < http://www.saude.gov.br/diversus >. BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA]. Atlas da Violência. < http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784&Itemid=432 >.

Módulo II – Intermediário

O Direito Humano à alimentação adequada (DHAA), Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

Eixo Estruturante	Habilidades
INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	Conhecer os fundamentos dos Direitos Humanos no Brasil e dos pactos Internacionais, identificar no cotidiano situações de violações do direito à alimentação adequada e propor soluções. Com apoio de tecnologias digitais, analisar dados relativos à disponibilidade, ao acesso e consumo alimentar e posicionar-se criticamente.
PROCESSOS CRIATIVOS	Criar e utilizar os mecanismos de exigibilidade para garantir que o direito à alimentação adequada seja cumprido pelo Estado.
MEDIAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIOCULTURAL	Analisar criticamente os modos de produção de alimentos, a autonomia das comunidades para produzir seus alimentos a partir do respeito à diversidade cultural e propor, junto com a coletividade, projetos de alimentação sustentável.

EMPREENDEDORISMO	Refletir sobre cidadania e o processo de modernização da agricultura por meio de aparato tecnológico com uso intensivo de máquinas, fertilizantes químicos e agrotóxicos para aumentar a produção e, a partir de então, identificar caminhos e mobilizar pessoas para elaborarem um projeto de produção local de alimentos.
Sugestões de materiais de apoio	BRASIL. Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm >. BRASIL. Decreto Nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7272.htm >.

Atividades Físicas, Corporais e de Lazer

Eixo Estruturante	Habilidades
INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	Valorizar e ampliar o conhecimento e as informações resultantes de investigação científica sobre as práticas corporais, atividade física e o lazer, incluindo a vivência delas com o propósito de ser capaz de solucionar problemas da comunidade.
PROCESSOS CRIATIVOS	Difundir ideias sobre prevenção e controle de Doenças Crônicas Não Transmissíveis, com destaque para a obesidade e considerando a duração, frequência e intensidade da atividade por meio de múltiplas linguagens, como mídias, plataformas analógicas e digitais com confiança, assegurando que alcancem os interlocutores pretendidos considerando a diversidade econômica e social do País.
MEDIAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIOCULTURAL	Participar ativamente das atividades corporais que conferem identidade a povos, culturas, países e regiões ao longo do tempo como jogos, dança, ginástica, lutas, esporte etc.
EMPREENDEDORISMO	Perceber em si o que gosta de fazer no seu tempo livre e a autonomia de que dispõe, para tanto, entendendo o lazer como uma dimensão social e cultural importante para enfrentar situações de estresse.
Sugestões de materiais de apoio	Recomendações da Organização Mundial da Saúde sobre atividade física e Saúde < http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44441/9789243599977_spa.pdf;jsessionid=AA5B1BD25BACB29037950DA26814B8B8?sequence=1 >.

Prevenção à Gravidez Precoce

Eixo Estruturante	Habilidades
INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	Analisar dados e evidências sobre a gravidez na adolescência.
PROCESSOS CRIATIVOS	Fomentar a participação juvenil em ações de conscientização dos riscos da atividade sexual precoce, utilizando diferentes metodologias.
MEDIAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIOCULTURAL	Considerar os fatores de vulnerabilidade, risco e proteção da gravidez na adolescência, promovendo o diálogo com vista a implementar uma rede de prevenção, apoio com engajamento social e de trabalho entre pares.
EMPREENDEDORISMO	Pensar sobre seus projetos pessoais e profissionais do projeto de vida, a fim de orientar suas escolhas e evitar correr riscos.
Sugestões de materiais de apoio	BRASIL. Ministério da Saúde. Biblioteca Virtual em Saúde. Caderno do Gestor PSE. < http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_gestor_pse.pdf > e Programa Saúde na Escola < http://aps.saude.gov.br/ape/pse >.

Prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis /AIDS

Eixo Estruturante	Habilidades
INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	Pesquisar, usando tecnologias digitais, fatos e evidências sobre doenças sexualmente transmissíveis, em especial a AIDS.
PROCESSOS CRIATIVOS	Estabelecer canais informativos sobre a prevenção das DSTs/AIDS, assim como questionar os mitos e distorções existentes acerca do HIV. Propor atividades criativas de acolhimento às pessoas portadoras.
MEDIAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIOCULTURAL	Mediar e resolver conflitos por meio do diálogo.
EMPREENDEDORISMO	Avaliar como os conhecimentos relativos à prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/AIDS podem se transformar em oportunidades de trabalho e de empreendedorismo social.
Sugestões de materiais de apoio	BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Doenças de condição Crônica e Infecções Sexualmente Transmissíveis. < http://www.aids.gov.br/pt-br >. Programa Saúde na Escola. < http://aps.saude.gov.br/ape/pse >.

Prevenção ao Uso de Álcool, Tabaco e outras drogas

Eixo Estruturante	Habilidades
INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	Emitir opinião com base em critérios científicos e éticos sobre o uso e o abuso de drogas lícitas e ilícitas e usar esse conhecimento na proposição de ações preventivas e na solução de situações problema.
PROCESSOS CRIATIVOS	Propagar ideias sobre autocuidado e cuidado com o outro enfocando a estratégia de redução de danos e procura da rede de cuidados em Saúde para apoio.
MEDIAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIOCULTURAL	Mapear as situações de vulnerabilidade e risco ao abuso de drogas na comunidade e implementar projeto de prevenção, com apoio coletivo, com empatia e sem preconceito.
EMPREENDEDORISMO	Agir de forma proativa diante de fracassos e adversidades da vida e utilizar diferentes estratégias de prevenção ao uso de drogas para mobilizar seus pares na busca de um estilo de vida saudável.
Sugestões de materiais de apoio	BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 9.761, de 11 de abril de 2019. Aprova a Política Nacional sobre Drogas. < http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/71137357/do1e-2019-04-11-decreto-n-9-761-de-11-de-abrilde-2019-71137316 >.

Módulo III – Avançado

Ciência da Nutrição

Eixo Estruturante	Habilidades
INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	Conceituar alimentação e nutrição, relacionar, processar e analisar indicadores epidemiológicos nutricionais e outros dados, fatos e evidências da área de alimentação e nutrição com curiosidade, atenção e ética com apoio de tecnologias digitais.
PROCESSOS CRIATIVOS	Ampliar a visão de mundo em relação ao padrão de consumo alimentar atual, ao grau de processamento dos alimentos e ao cuidado com os alimentos da origem à mesa do consumidor, por meio de diferentes expressões culturais e vivências presenciais em atividades de alimentação e nutrição.
MEDIAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIOCULTURAL	Reconhecer e analisar como as questões sociais, culturais e ambientais se relacionam com os conceitos básicos de nutrição humana, identificando e incorporando valores importantes para si e para o coletivo que assegurem a tomada de decisões conscientes, consequentes, colaborativas e responsáveis para preservação do bem comum.
EMPREENDEDORISMO	Refletir sempre sobre si e sobre seus objetivos de vida, identificando se a ciência da nutrição oferece oportunidades, inclusive relacionadas ao mundo do trabalho, que possam orientar escolhas, esforços e ações em relação à sua vida pessoal, profissional e cidadã.

Hábitos alimentares, cultura, comensalidade e consumo alimentar

Eixo Estruturante	Habilidades
INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	Realizar investigação científica sobre hábitos alimentares, cultura, comensalidade e consumo alimentar, utilizando as informações e os conhecimentos resultantes para criar ou propor soluções para problemas sociais.
PROCESSOS CRIATIVOS	Questionar, modificar e adaptar ideias existentes sobre comensalidade, hábitos, consumo e cultura alimentar, propondo novas práticas ligadas à promoção de saúde a partir de soluções criativas.
MEDIAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIOCULTURAL	Perceber como as questões sociais, culturais e ambientais se relacionam com os hábitos alimentares e a comensalidade, identificando e incorporando valores éticos para si e para o coletivo que assegurem a tomada de decisões conscientes, consequentes, colaborativas e responsáveis para preservação do bem comum.
EMPREENDEDORISMO	Elaborar projetos na área de alimentação e nutrição utilizando estratégias de planejamento e empreendedorismo.
Sugestões de materiais de apoio	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Presidência da República. Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade: Recomendação para Estados e Municípios. < http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias/arquivos/estrategiaintersectorial-de-prevencao-e-controle-da-obesidade/view >.

Sistemas Alimentares: tipos e características

Eixo Estruturante	Habilidades
INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	Emitir opinião sobre globalização do mercado de alimentos e impactos no ambiente e na saúde coletiva fundamentada em critérios científicos, éticos e estéticos. Utilizar dados, fatos e evidências acerca da regulação de alimentos e de ambientes alimentares saudáveis, respeitando valores universais como liberdade, democracia, justiça social, solidariedade, pluralidade e sustentabilidade.
PROCESSOS CRIATIVOS	Reconhecer as relações existentes entre “sistemas alimentares e comportamento”, entre “escolhas alimentares, saúde e meio ambiente” e difundi-las por meio de mídias digitais.
MEDIAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIOCULTURAL	Compreender os modelos de produção e suas especificidades: o agronegócio e a agricultura familiar, suas vulnerabilidades e dificuldades.
EMPREENDEDORISMO	Avaliar como os conhecimentos relacionados aos Sistemas Alimentares podem ser utilizados em projetos pessoais ou produtivos considerando os impactos para a Saúde Coletiva.

Alimentação Adequada e Saudável

Eixo Estruturante	Habilidades
INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	Saber utilizar informações e conhecimento do Guia Alimentar da População Brasileira: ferramenta para a promoção da alimentação adequada e saudável no curso da vida para criar ou propor soluções para problemas sociais.
PROCESSOS CRIATIVOS	Propagar ideias sobre autocuidado, cuidado com o outro e com o ambiente escolhendo e orientando escolhas alimentares saudáveis utilizando diferentes linguagens e considerando a diversidade econômica e social do País. Difundir as consequências da alimentação não saudável na saúde ao longo do curso da vida promovendo vivências criativas.
MEDIAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIOCULTURAL	Promover ambientes saudáveis cobrando, ativamente, as responsabilidades do governo e da sociedade civil.
EMPREENDEDORISMO	Agir de forma empreendedora e consciente nas escolhas alimentares superando desafios e alcançando objetivos pessoais e profissionais relacionados à área de alimentação e nutrição.
Sugestões de materiais de apoio	BRASIL. Ministério da Cidadania. Caderno Teórico de Educação Alimentar e Nutricional < http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicação/seguranca_alimentar/c_adernoteorico_ean.pdf >. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Guia de Orientação para Adesão ao Pacto Nacional para Alimentação Saudável. < http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/Publicacao/Caisan_Nacional/pacto%20nacional%20para%20alimentação%20saudável.pdf >.

Educação Alimentar e Nutricional: Alimentação Adequada e Saudável e SAN

Eixo Estruturante	Habilidades
INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	Posicionar-se sobre os fundamentos, princípios e responsabilidades da Educação Alimentar e Nutricional com base em critérios científicos, éticos e estéticos.
PROCESSOS CRIATIVOS	Ampliar a criatividade nas abordagens de Educação Alimentar e Nutricional para indivíduos e coletividade.
MEDIAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIOCULTURAL	Compreender e considerar o impacto e as limitações da EAN em coletividades agindo com resiliência para promover o diálogo, a colaboração, a mediação e resolução de conflitos.

EMPREENDEDORISMO	Avaliar como oportunidades os conhecimentos adquiridos na Educação Alimentar e Nutricional identificando como podem ser utilizados em projetos pessoais ou produtivos considerando as diferentes tecnologias disponíveis.
Sugestões de materiais de apoio	BRASIL. Ministério da Cidadania. Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas. < http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/Publicacao >.

Estas são algumas possibilidades de trabalho prático junto à Macroárea Saúde para o currículo do Ensino Médio, contudo é importante destacar que, as redes e as instituições de ensino têm autonomia para construir seus currículos, bem como ofertar IFs a partir da vocação da região. O intuito é fomentar a discussão sobre o sentido das aprendizagens dos estudantes, com foco na sua realidade.

O *IF de Promoção de Saúde*, com ênfase em Alimentação e Nutrição, contempla as principais habilidades a partir dos quatro eixos estruturantes da BNCC, articuladas às competências gerais e demais competências das áreas de Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias e Ciências da Natureza e suas Tecnologias, alinhando o IF à formação integral do estudante. Dessa forma, diversos outros itinerários em saúde podem ser elaborados.

Dessa forma, os itinerários formativos em saúde devem conversar muito proximamente com os projetos de vida dos jovens do Ensino Médio que ao optarem por um ou outro itinerário formativo exercem seu protagonismo na vida. A título de exemplo, um estudante pode optar por cursar integralmente um curso técnico na área de saúde ou cursar junto com cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), ou ainda, optar por um conjunto de FICs de um itinerário de saúde articuladas com FICs de outros itinerários. Some-se a essas, a possibilidade de os jovens percorrerem itinerários voltados para as áreas do conhecimento complementados por cursos de FIC. Como se observa, são múltiplos os caminhos a serem escolhidos pelos jovens. O fato é que a escola precisa fazer sentido para vida do estudante. Ela precisa ser vivenciada com propriedade e entusiasmo, para que o jovem possa crescer como pessoa e se tornar um cidadão pleno.

ANEXOS

Competências específicas da BNCC para o Ensino Médio

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

1. Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.

2. Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão das relações de poder que determinam as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-nações.

3. Analisar e avaliar criticamente as relações de diferentes grupos, povos e sociedades com a natureza (produção, distribuição e consumo) e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de alternativas que respeitem e promovam a consciência, a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global.

4. Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades.

5. Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, respeitando os Direitos Humanos.

6. Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS



1. Compreender o funcionamento das diferentes linguagens e práticas culturais (artísticas, corporais e verbais) e mobilizar esses conhecimentos na recepção e produção de discursos nos diferentes campos de atuação social e nas diversas mídias, para ampliar as formas de participação social, o entendimento e as possibilidades de explicação e interpretação crítica da realidade para continuar aprendendo.

2. Compreender os processos identitários, conflitos e relações de poder que permeiam as práticas sociais de linguagem, respeitando as diversidades e a pluralidade de ideias e posições, atuar socialmente com base em princípios e valores assentados na democracia, na igualdade e nos Direitos Humanos, exercitando o autoconhecimento, a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, combatendo preconceitos de qualquer natureza.

3. Utilizar diferentes linguagens (artística, corporal e verbal) para exercer, com autonomia e colaboração, protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva, de forma crítica, criativa, ética e solidária, defendendo pontos de vista que respeitem o outro e promovam os Direitos Humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável, em âmbito local, regional e global.

4. Compreender as línguas como fenômeno (geo)político, histórico, cultural, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo suas variedades e vivenciando-as como formas de expressões identitárias, pessoais e coletivas, bem como agindo no enfrentamento de preconceitos de qualquer natureza.

5. Compreender os processos de produção e negociação de sentidos nas práticas corporais, reconhecendo-as e vivenciando-as como formas de expressão de valores e identidades, em uma perspectiva democrática e de respeito à diversidade.

6. Apreciar esteticamente as mais diversas produções artísticas e culturais, considerando suas características locais, regionais e globais, e mobilizar seus conhecimentos sobre as linguagens artísticas para dar significado e (re)construir produções autorais individuais e coletivas, exercendo protagonismo de maneira crítica e criativa, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas.

7. Mobilizar práticas de linguagem no universo digital, considerando as dimensões técnicas, críticas, criativas, éticas e estéticas, para expandir as formas de produzir sentidos, de engajar-se em práticas autorais e coletivas, e de aprender a aprender nos campos da ciência, cultura, trabalho, informação e vida pessoal e coletiva.

MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS



1. Utilizar estratégias, conceitos e procedimentos matemáticos para interpretar situações em diversos contextos, sejam atividades cotidianas, sejam fatos das Ciências da Natureza e Humanas, das questões socioeconômicas ou tecnológicas, divulgados por diferentes meios, de modo a contribuir para uma formação geral.

2. Propor ou participar de ações para investigar desafios do mundo contemporâneo e tomar decisões éticas e socialmente responsáveis, com base na análise de problemas sociais, como os voltados a situações de Saúde, sustentabilidade, das implicações da tecnologia no mundo do trabalho, entre outros, mobilizando e articulando conceitos, procedimentos e linguagens próprios da Matemática.

3. Utilizar estratégias, conceitos, definições e procedimentos matemáticos para interpretar, construir modelos e resolver problemas em diversos contextos,

analisando a plausibilidade dos resultados e a adequação das soluções propostas, de modo a construir argumentação consistente.

4. Compreender e utilizar, com flexibilidade e precisão, diferentes registros de representação matemáticos (algébrico, geométrico, estatístico, computacional etc.), na busca de solução e comunicação de resultados de problemas.

5. Investigar e estabelecer conjecturas a respeito de diferentes conceitos e propriedades matemáticas, empregando estratégias e recursos, como observação de padrões, experimentações e diferentes tecnologias, identificando a necessidade, ou não, de uma demonstração cada vez mais formal na validação das referidas conjecturas.

CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS



1. Analisar fenômenos naturais e processos tecnológicos, com base nas interações e relações entre matéria e energia, para propor ações individuais e coletivas que aperfeiçoem processos produtivos, minimizem impactos socioambientais e melhorem as condições de vida em âmbito local, regional e global.

2. Analisar e utilizar interpretações sobre a dinâmica da Vida, da Terra e do Cosmos para elaborar argumentos, realizar previsões sobre o funcionamento e a evolução dos seres vivos e do Universo, e fundamentar e defender decisões éticas e responsáveis.

3. Investigar situações-problema e avaliar aplicações do conhecimento científico e tecnológico e suas implicações no mundo, utilizando procedimentos e linguagens próprios das Ciências da Natureza, para propor soluções que considerem demandas locais, regionais e/ou globais, e comunicar suas descobertas e conclusões a públicos variados, em diversos contextos e por meio de diferentes mídias e tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC).

REFERÊNCIAS DE PESQUISA

ARAÚJO, U. F. Apresentação à edição brasileira. In BUSQUETS, M. D. Temas Transversais em Educação: bases para uma formação integral. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1999.

BRASIL. Palácio do Planalto. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm. Acesso em 27.set. 2021.

_____. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm. Acesso em 27.set. 2021.

_____. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da Saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm. Acesso em 27.set. 2021.

_____. Decreto nº 591, de 6 de julho de 1992. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm. Acesso em 13 out. 2019.

_____. Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007 - Institui o Programa Saúde na Escola (PSE), e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8606-saudenaescola-decreto6286-pdf-1&category_slug=agosto-2011-pdf&Itemid=30192. Acesso em 13out 2019.

_____. Carta de Ottawa: Primeira Conferência Internacional Sobre Promoção da Saúde Ottawa, novembro de 1986. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_ottawa.pdf. Acesso em 04.nov.2019.

_____. Portaria nº 2.446, de 11 de novembro de 2014. Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt2446_11_11_2014.html. Acesso em 04.nov.2019.

_____. Portaria Interministerial nº 1.010, de 8 de maio de 2006. Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação

infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/pri1010_08_05_2006.html. Acesso em 27.set. 2021.

Brasil. Ministério da Cidadania. Caderno Teórico de Educação Alimentar e Nutricional: o direito humano à alimentação adequada e o fortalecimento de vínculos familiares nos serviços socioassistenciais. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/cadernoteori_co_ean.pdf. Acesso em: 24 out. 2019.

_____. Compromissos do Brasil para a Década de Ação das Nações Unidas para a Nutrição (2016-2025). Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2017/novembro/caisan-divulga-compromissospara-a-decada-de-acao-para-a-nutricao>. Acesso em: 10 out.2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/, 1997.

_____. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em:http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em 10.out. 2019.

_____. Temas Contemporâneos Transversais na BNCC: contexto histórico e pressupostos pedagógicos. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf. Acesso em 04.nov.2019.

_____. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf. Acesso em 04.nov.2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Biblioteca Virtual em Saúde. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br>. Acesso em 04.nov.2019.

_____. Instituto Nacional de Câncer. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/programa-nacional-de-controle-do-tabagismo/programa-saber-saude>. Acesso em 27 set.2021.

_____. Atenção Primária à Saúde. Programa Saúde na Escola (PSE). Disponível em: <http://aps.saude.gov.br/ape/pse>. Acesso em 27 set. 2021.

_____. Saúde na escola. 2009.96 p.: il. – (Série B. Textos Básicos de Saúde). Cadernos de Atenção Básica; n. 24. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_24.pdf. Acesso em 27.set.2021.

_____. Por uma cultura da paz, a promoção da Saúde e a prevenção da violência. 2009. 44 p.: il. – (Série F. Comunicação e Educação em Saúde). Disponível em:

http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cultura_paz_saude_prevencao_violencia.pdf. Acesso em 27.set.2021

_____. Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: <http://novoensinomedio.mec.gov.br/resources/downloads/pdf/dcnem.pdf>. Acesso em 04.nov.2019.

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Presidência da República. Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade: Recomendação para Estados e Municípios. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias/arquivos/estrategia-intersetorial-de-prevencao-e-controle-da-obesidade/view>. Acesso em: 27.set. 2021.

Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO). Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>. Acesso 27.set. 2021.

CAMPOS, C. G. *et al.* Conhecimento de adolescentes acerca dos benefícios do exercício físico para a Saúde mental. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. v. 24, n. 8, pp. 2951-2958. ISSN 1678-4561. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018248.17982017>. Acesso 27.set.2021.

CHAGAS, J. C. *et al.* Concepções de professoras dos anos iniciais do ensino fundamental sobre prevenção do uso indevido de drogas. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 71, e227179, 2017. Epub: 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782017227179>. Acesso 27.set.2021.

Declaração de Astana sobre Atenção Primária à Saúde: de Alma-Ata rumo à cobertura universal de Saúde e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://apsredes.org/wp-content/uploads/2018/07/AA40-PR-Draft-Declaracion-Astana-.pdf>. Acesso em 20 set. 2019.

GIESTA, J. M. *et al.* Fatores associados à introdução precoce de alimentos ultraprocessados na alimentação de crianças menores de dois anos. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. v. 24, n. 7, pp. 2387-2397. ISSN 1678-4561. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018247.24162017>. Acesso 27.set.2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – 2009. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv43063.pdf>. Acesso em 27.set.2021.

_____. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – 2012. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64436.pdf>. Acesso em 27.set.2021.

_____. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – 2015. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97870.pdf>. Acesso em 27.set.2021.

Instituto Unibanco. Reflexão sobre projeto de vida atribui sentido à escola. Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/aprendizagem-em-foco/52/> Acesso em 04.nov.2019.

MORAES, M. C. Transdisciplinaridade, criatividade e educação: Fundamentos ontológicos e epistemológicos, colaboração de NAVAS, J. M. B. Campinas: Editora Papyrus, 2015.

Observatório da Primeira Infância. Prevenir a obesidade infantil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=n2xoYPcPMbQ>. Acesso em: 10 out.2019.

PEDROSO, R. T. et al. A ciência baseada em evidências nas políticas públicas para reinvenção da prevenção ao uso de álcool e outras drogas. Interface - Comunicação, Saúde, Educação [online]. 2019, v. 23, e170566. Epub: 2019. ISSN 1807-5762. <https://doi.org/10.1590/Interface.170566>. Acesso 27.set.2021.

Rede Nacional Primeira Infância. Acidentes na Primeira Infância - Observatório da Primeira Infância. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=k3Ra3Hnnppo>. Acesso em: 20 de outubro de 2019.

Revista Ideias na Mesa nº 1 - DESPERDÍCIO: o vilão de todos nós. Disponível em: <https://ideiasnamesa.unb.br/index.php?r=bibliotecaldeias/view&id=184>. Acesso em: 19 out. 2019.

SCHNEIDER, D. R. *et al.* Avaliação da implementação em escolas brasileiras de um programa preventivo para crianças. Brasília, v. 36, n. 3, p. 508-519, set. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703000592016>. Acesso em 27 set. 2021.



Série Temas Contemporâneos Transversais
Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

Caderno Saúde
Saúde • Educação Alimentar e Nutricional



Base Nacional
Comum Curricular

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO 

